

**Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**  
**Fundação Perseu Abramo – Partido dos Trabalhadores**

Maria das Graças Lemos Andreatta

PARTICIPAÇÃO POPULAR E O MODO PETISTA DE GOVERNAR

São Paulo

2014

**Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**

Fundação Perseu Abramo – Partido dos Trabalhadores

Maria das Graças Lemos Andreatta

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E O MODO PETISTA DE GOVERNAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/  
Fundação Perseu Abramo – Partido dos Trabalhadores,  
para obtenção de título de  
Pós-Graduação em Gestão e Políticas Públicas

Tutora Orientadora: Lívia de Souza Lima

São Paulo

2014

M69p.

Andreatta, Maria das Graças Lemos  
Participação Popular e o Modo Petista de Governar/Maria das Graças Lemos  
Andreatta. – 2014

34f.; 30cm

Tutora Orientadora: Lívia de Souza Lima.  
Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas –  
FPAFESPSP, Fundação Perseu Abramo – Partido dos Trabalhadores e Fundação Escola de Sociologia  
e Política de São Paulo.

Também disponível em CD-ROM.

## **PARTICIPAÇÃO POPULAR E O MODO PETISTA DE GOVERNAR**

Conceito:

Banca Examinadora:

Professor(a)

Assinatura:

---

Professor(a)

Assinatura:

---

Professor(a)

Assinatura:

---

Data da Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas a meu filho, o primeiro bebê petista capixaba e a todos os jovens petistas que sonham e colaboram para a realização de um mundo de igualdades para que não se esqueçam de reflexões como a de Einstein “*O meu ideal é a democracia para que todo homem seja respeitado como indivíduo, nunca venerado*”.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos e todas que espontaneamente contribuíram com sugestões, depoimentos orais ou escritos. Foram tantos que é importante que não cite nomes nesta página sob pena de esquecer alguém.

Agradeço a meu filho que se absteve de muitas atividades para assumir determinadas tarefas para que eu pudesse estudar.

Agradeço a Jairo Lima Coêlho adolescente amigo que me ajudou com o Banner e, através de Jairo, jovem lutador, a todos os jovens esperançosos.

Agradeço aos adversários que acompanham a trajetória do PT no Estado do Espírito Santo e que muito contribuíram com suas avaliações, nem sempre justas, mas sempre respeitadas, com raras exceções.

Agradeço aos que gritaram tantas vezes em ônibus ou praças públicas: - Graça, você tem coragem de ainda estar no PT? – Estes, mais do que tantos nos fazem querer mais e mais justiça social.

Mas mais que tudo agradeço aos Movimentos Populares de Vitória, da Grande Vitória, do Estado do Espírito Santo e Minas gerais e especialmente à MUSP – Mulheres Unidas de São Pedro, na pessoa de suas presidentas durante seus quase trinta anos de lutas; e a cada mulher que pôde, enfim, trabalhar fora, ser chefe de família, estudar e, até, pasmem, tirar título de eleitor, o que muitas, até 1985, naquela região, da Grande São Pedro, não podiam ter.

Enfim, agradeço ao PT de todo o Brasil por manter e efetivar um projeto em constante construção participativa e democrática; o PT que comete erros e os avalia e refaz caminhos e, por isso e muito mais, agradeço a você, leitor, que nos ajudará a uma grande avaliação de nossa trajetória petista, não com a truculência dos que só visam o lucro, o poder, mas com a vontade política de uma cultura de PAZ dos que buscam JUSTIÇA SOCIAL.

## RESUMO

O presente trabalho trata da Participação Popular relacionando-a ao Modo Petista de Governar no Estado do Espírito Santo. O PT no Estado teve como seu incentivador inicial, as CEBs, que ajudaram a organizar os movimentos sociais, contribuindo com sua criação e implantação que teve, em 1988, seu primeiro Prefeito e começou então o Orçamento Participativo, cuja continuidade e difusão se fez de maneira irreversível através dos governos petistas posteriores. Entretanto, os grandes hiatos entre um governo petista e outro, têm provocado, entre outras manifestações, o descenso dos movimentos populares.

Esta pesquisa problematiza em torno da seguinte questão: *Como os gestores petistas têm conduzido a relação do Estado com as organizações sociais na área urbana e rural no Estado do Espírito Santo?* –Terá como limite de pesquisa a capital do Estado, Vitória, e como área delimitada a Região da Grande São Pedro, área de ocupação urbana desde 1977, humanamente urbanizada a partir do primeiro governo municipal petista em 1989, com dois grande hiatos danosos à organização social que interromperam o desenvolvimento local participativo e democrático.

O trabalho traz à tona estudos feitos por especialistas locais, além de propor um pacto interno para avaliação e re-planejamento dos movimentos sociais e do próprio Partido dos Trabalhadores, cuja necessidade é comprovada pelas pesquisas, viagens, entrevistas, depoimentos, vídeos e teses pesquisados.

## **ABSTRACT**

This work describes and study common citizen public participation related with PT political management in the Espírito Santo State – ES. CEB's or EBC's – Ecclesiastical of Basis Communities were the first social group to stimulate and organize creation and develop social movements in the state. In 1988 the capital city Victoria choose your first provost that began participative budget, its creation and diffusion was definitely and irreversible through other PT managers. However between two political gaps, social groups loose strength and manifestation decrease its energy. This issue depicts how PT managers conducts the relation among several social groups and state department administration in metropolitan and interior areas of the whole ES state. This research is focused in Victoria Capital city in the interior of big São Pedro boundary region, a random occupation urban region of social risk since 1977, very well urbanized with initial PT administration in 1989, but two political gaps damaged the social organization and interrupts local development by the way participative and democracy. Finally this work exposes local studies and creates a internal pact for evaluation and planning system of social organizations and PT at wich necessity and importance proof researches, travels, interviews, videos and thesis reported.



## **SIGLAS**

AE – Articulação de Esquerda  
AS – Alternativa Socialista  
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
CDH – Comissão de Direito a Habitação  
CEB – Comunidade Eclesial de Base  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CESAN – Companhia Estadual de Saneamento  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CF – Constituição Federal  
COGER – Colegiado Gestor  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPJP – Comissão Pontifícia de Justiça e Paz  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
ES – Espírito Santo  
ETSUS – Escola Técnica de Saúde Pública  
FPA – Fundação Perseu Abramo  
FESPSP – Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo  
FNP – Frente Nacional de Prefeitos  
G – Graça Andreatta  
GERUS – Gerente de Unidade de Saúde  
GPDP – Gestão Pública Democrática e Participativa  
GV – Grande Vitória  
IPAJM – Instituto de Previdência do Estado do Espírito Santo – Jerônimo Monteiro  
JCC – João Carlos Cóser  
LDB – Lei de Diretrizes e Base  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
MUSP – Mulheres Unidas de São Pedro  
NCD – Núcleo de Cidadania Digital  
OP – Orçamento Participativo  
PC – Partido Comunista  
PED – Programa de Eleição Direta  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PROMORAR – Programa de Erradicação da Subhabitação

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SASVI – Serviço de Atendimento à Pessoa Vítima de Violência

SEDH – PR – Secretaria Especial de Direitos Humanos - Presidência da República

SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde

SEPM – secretaria Especial de Políticas para Mulheres

SINDIENFERMEIROS – Sindicato dos Enfermeiros

SP – São Paulo

SETADES – Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

SOE – Serviço de Orientação ao Exercício

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFES – Universidade federal do Espírito Santo

US – Unidade de Saúde

V – Vitor Buaiz

## SUMÁRIO

1 – Introdução – A cidade herdada	14
2 – Contextualização	17
3 – Metodologia	21
4 – Identificando o problema	23
5 – Justificativas	24
6 – Marco de referência conceitual	26
7 – Como aconteceu a busca da cidade necessária?	31
8 – O sonho se torna realidade	35
8.1 – A primeira experiência petista e os movimentos sociais	35
8.2 – A humanização para a cidade necessária	38
8.3 – Formação continuada e permanente	39
8.4 – Transformando a cidade	40
8.5 – O primeiro hiato	42
8.6 – O PT no poder estadual	43
8.7 – O retorno ao poder municipal	45
8.8 – Qual a proposta? E o que deve ser feito para equacionar o problema?	47
8.9 – A possibilidade de um pacto social interno	48
8.10 – É momento de avaliação	49
9 – O atores ontem e hoje	52
10 – Os riscos do poder	56
11 – Conclusão: A luta continua	58
12 – Referências Bibliográficas	60
12.1 – Documentos e revistas	63
12.2 – Sites	63
12.3 – Leis pesquisadas	64
13- Anexos	---

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Resultado da Eleição para Governador do ES 1982	33
Tabela 2 – Resultado da Eleição para Governador do ES 1986	37
Tabela 3 – Resultado da Eleição para Governador do ES 1994	38
Tabela 4 – Resultado da Eleição para Governador do ES 1994	43

## **LISTA DE ANEXOS**

**Anexo 1:** Quadro com fotos escolhidas entre as 180 fotos de Gert Banck, antropólogo holandês que estuda a região/ da Grande São Pedro e mostra as diferenças entre 1977 e a atualidade. Acervo do “Museu São Pedro”.

**Anexo 2:** Entrevista a Vitor Buaiz, médico, professor da UFES, deputado federal constituinte, prefeito de Vitória e governador do Estado pelo PT, hoje no PV. (Entrevista retirada – parte - do livro A revolução da estrela de Graça Andreatta e complementação dada em 10 de maio de 2014).

**Anexo 3:** Entrevista a João Carlos Cóser, comerciante, advogado, deputado estadual constituinte, deputado federal, prefeito por dois mandatos foi presidente do PTES e atual presidente do PTES, PED 2013.

**Anexo 4:** Entrevista ao petista Perly Cipriano.

**Anexo 5:** Depoimento de Gilceia Lima, professora, mestra em Literatura, primeira vereadora do PT Guarapari-ES.

**Anexo 6:** Depoimento de Iraci Aparecida Marques de Oliveira Ferreira, enfermeira concursada da PMV, membro do Diretório Estadual atual, Secretária Executiva do PT Guarapari e foi cargo comissionado na direção de postos de saúde no mandato João Cóser.

**Anexo 7:** Mapa demonstrativo da distribuição espacial nos municípios do ES dos Prefeitos e Vice-Prefeitos Petistas eleitos em 2012.

**Anexo 1** – Quadro de Fotos

**Anexo 2** – Entrevista a Vitor Buaiz

**Anexo 3** – Entrevista a João Carlos Coser

**Anexo 4** – Entrevista a Perly Cipriano

**Anexo 5** – Depoimento de Gilceia Lima

**Anexo 6** – Depoimento de Iraci Marques

**Anexo 7** – Mapa das Eleições Executivas 2012 no ES

**Anexo 8** – Autorização de entrevistas e depoimentos

## **PARTICIPAÇÃO POPULAR E O MODO PETISTA DE GOVERNAR**

### **1 – INTRODUÇÃO – A CIDADE HERDADA**

Quando o PT lançou o seu abaixo-assinado para oficialização a partir de 1979, a capital do Espírito Santo, Vitória, tinha, em torno de sua beleza natural, morros e mangues - ocupados por migrantes de todas as partes do País em busca do “Milagre Econômico”.

Expulsos do campo pela pecuária, eucalipto, cana-de-álcool, e atraídos pela ilusão das indústrias implantadas com capital estrangeiro e as privatizações, amontoavam-se nas periferias da grande cidade. Era a rotatividade de mão-de-obra, os baixíssimos salários e a crescente inflação. A fome.

“Entretanto, a atração da metrópole é, em parte, devido ao fato de que a longo prazo, cada indivíduo encontra, em algum lugar entre as variadas manifestações da vida cidadina, o tipo de ambiente no qual se expande e se sente à vontade...”<sup>1</sup>

Entre janeiro e abril de 1977 aproximadamente cinco mil pessoas ocuparam um dos mangues de caranguejos em Vitória, próximo a um canal de reprodução pesqueira e coube às CEB's- Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Vitória – à luz da fé e do Concílio Vaticano II – hoje com 50 anos – coordenar ações de partilha e bem-estar social, oração e ação. Muita ação que em poucos momentos foi espontânea pois era planejada nas “passarelas” entre pessoas que “só tinham enxada” e nem sempre a certidão de nascimento, o “título de eleitor” ou outro documento.

Somado ao medo da Ditadura, o medo da cidade. Unir para fortalecer foi o caminho encontrado na inexperiência e no espontaneísmo de alguns poucos que “viraram” liderança ou foram alfabetizados com a Bíblia, o Boletim Caminhada, o Boletim Ferramenta<sup>2</sup>, os letreiros de ônibus, a “escolinha-voluntária”. (Anexo I foto)

Imediatamente entre 1977 e 1983, a região que hoje ainda é chamada de “Grande São Pedro” chegou a aproximadamente 40 mil habitantes nas passarelas sobre as águas do mar/mangue. De ecologia não se falava. Em terra firme não “havia lugar para eles”. E o lugar onde se alojaram era uma ocupação arbitrária e ilegal, apesar da “legalidade” dos mandantes.

“A verdade, entretanto, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que as habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral, bem como uma organização física e

<sup>1</sup> Simmel – A Metrópole e a Vida Moderna p 68 in O Fenômeno Urbano.

<sup>2</sup> Boletim Caminhada e Ferramenta foram dois instrumentos educativos da época. O primeiro, da CEB permanece sendo editado pela Igreja Católica, o Boletim Ferramenta foi instrumento da Pastoral Operária utilizado para conscientização sindical.

essas duas interagem mutuamente, de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra.”<sup>3</sup>(Simmel et al. 1967 p. 32)

“Aquele povo barulhento<sup>4</sup>” durante anos, vinha de todos os locais do país desde 1977, trazendo seus usos e costumes e não podendo usá-los em passarelas sobre águas na maré alta ou baixa, perdiam gradativamente a identidade. O Governo do Estado pretendeu transferi-los para unidades “embrião” em outro município. O “embrião” era um pequeno cômodo e um banheiro, longe de tudo o que uma periferia de cidade pode oferecer. A luta começou ali, na busca por reconstituir a IDENTIDADE esfacelada pelo êxodo rural, reconstituir a família desagregada pelas distâncias e buscar uma comunidade religiosa para o “deus” em que cada um crê.

Crescendo sempre em número, união, organização e estudos, em 1983, o local já com equipamentos comunitários próprios, 6 igrejas católicas – templos de madeira - através das CEBs, e 18 novas denominações religiosas, que se multiplicavam, inclusive com membros originados dentro das CEBs que formavam aleatoriamente “igrejas” variadas com interpretações bíblicas também variadas.

Então, foi criada, por iniciativa popular legítima mas, na época, ilegal, a “Escola Grito do Povo” (1983) que renovou a consciência pois escola já havia e funcionava voluntariamente para adultos desde 1977, à luz de “lâmparinas” e velas<sup>5</sup>.

Nesse ano de 1983 aconteceram, paralelas à luta pela escola, algumas ocupações mais e mais violentas na área que foram filmadas pelo vídeo “Lugar de Toda Pobreza”<sup>6</sup>- ocupação dos que hoje são denominados Bairro Nova Palestina, Conquista e Resistência. Essa ocupação foi a mais violenta com ocupantes chacinados, incluindo um casal cuja mulher grávida de oito meses se tornou nome da primeira rua do bairro que se chamou Resistência e motivo de continuidade apesar das “forças da elite” que já ocupavam o local clandestinamente com loteamentos.

---

<sup>3</sup> Id Simmel p. 31

<sup>4</sup> Refrão do vídeo-documentário de 1983 “Lugar de Toda Pobreza” que pode ser encontrado nas redes sociais. Watch on You Tube.com.

<sup>5</sup> A primeira professora voluntária foi Graça Andreatta; a primeira auxiliar de serviços gerais Maria Barbosa. A escola foi emcampada pelo Estado em 1979, levada para outra região e os alunos evadiram todos e continuaram no voluntariado em São Pedro até retornar. A primeira professora oficial foi Regina Romagna, lotada na próxima escola José Lemos de Miranda. Ambas hoje aposentadas pela Prefeitura Municipal de Vitória.

<sup>6</sup> A Escola Grito do Povo hoje se chama Escola de Ensino Fundamental Francisco Lacerda de Aguiar e o vídeo “Lugar de Toda Pobreza”, já citado, ambos correram o mundo, como exemplo e também oportunisticamente como “cartão de visita da miséria” para angariar fundos.

O Promorar<sup>7</sup>, programa de moradia do BHN já fizera sua parte e fora modificado pela organização popular através da campanha “*Nossos lotes como são, nossas casas onde estão*”. Enquanto a Igreja Católica, através da CNBB tinha como lema da Campanha da Fraternidade: “*Se você não tem para onde ir, fique onde está*”. O povo acrescentou: e lute.

“Numa cidade grande, onde a população é instável, onde pais e filhos estão empregados fora de casa e muitas vezes em parte da cidade distantes, onde milhares de pessoas vivem lado a lado durante anos sem nem ao menos um conhecimento de, cumprimentar, essas relações íntimas do grupo primário se enfraquecem e a ordem moral que sobre elas repousava dissolve-se gradativamente.” P 52.<sup>8</sup>

A organização popular com democracia aliada ao ecumenismo foi o que de mais importante aconteceu àquele povo que rezava junto, já que católicos e não católicos se ajudavam, organizavam mutirões e em suas passeatas pacíficas e muitas vezes famintas ocupou a cidade: - Conseguiu água e luz, na lama; quebrou o monopólio das empresas de transporte; criou escolas alternativas adaptando o método Paulo Freire; idealizou uma forma de organização descentralizadora por rua, quadra e bairro; denominou as ruas com o nome de sua luta; capacitou-se para poder ser mão-de-obra adequada à cidade. Quando reuniões eram proibidas ainda.

Durante alguns anos, entre 1977 e 1986 mais de 500 famílias viveram da coleta, separação e comercialização de “lixo” que caía no local por ordem das autoridades municipais e aceito pela maioria da população como forma de acelerar o processo de aterramento e para sobrevivência de algumas famílias.

A organização popular iniciada com as CEB's, cresceu com as lutas populares na pequena abertura política que se descortinava. Paralelo (desde 1979) aconteciam reuniões para o início do Partido dos Trabalhadores enquanto o povo enfrentava muitas barreiras, entre elas a coerção do BNH<sup>9</sup>, do laudênio<sup>10</sup>, as prisões arbitrárias, os muitos processos judiciais. Através de associações, comissões e grupos, além das CEB's, os que conheciam a história aguardavam a abertura política, à qual uma maioria estava alheia.

<sup>7</sup> PROMORAR: programa de governo na era Figueiredo, visando a erradicação das favelas. O povo de São Pedro não o aceitou como proposto, aceitando apenas os equipamentos sociais e modificando alguns planejamentos.

<sup>8</sup> Robert Ezra Park. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Em Fenômeno Urbano.

<sup>9</sup> BNH – Banco Nacional de Habitação. Lei 4 389 de 21 de agosto de 1964.

<sup>10</sup> Laudênio – Direito pertencente à União (Brasil). Com a demarcação de áreas o órgão de cobrança é a SPU - Secretaria de Patrimônio da União, vinculado ao Ministério do Planejamento. O laudênio de Marinha tem seu Decreto Imperial nº 4 105 de 22 de fevereiro e 1868.



## 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO

O nome “São Pedro” foi mantido para a região em cada processo para dar à “Justiça” a impressão de que era um único bairro (numerado até seis quando terminaram as perseguições em 1983, deixando espaço para muitos migrantes ainda ocuparem, cujo término só aconteceu a partir de 1989).

Com o tempo (1987/88), a divisão tornou-se necessária para melhor organização e discussão da Constituinte e essa divisão foi votada e “oficializada” pelos moradores para unir mais, inclusive como estratégia facilitadora da organização, primeiro para enfrentar o aterramento e “enterramento” que a Prefeitura implantou e, depois, 1989 para participar, fortalecidos, do OP – Orçamento Participativo.

A PMV reconhece oito bairros, o povo reconhece 12 pois os classifica paroquialmente, pelas Comunidades Eclesiais de Base criadas e mantidas pelo povo com o nome de sua história em cada rua. A Câmara Municipal tenta mudar os nomes dessas ruas e muitas vezes há reações drásticas já que dificulta a comunicação e impede a manutenção da “identidade” pela qual tanto lutam.

“Quero morá e dizê: Sou Lindinha e moru na  
Rua Zé Cuel número 35 e aqui  
meus fio nasceru e vão istudá  
na Iscola Gritu du Povu qui nois ajudo a criá.  
Nois cata lixu, nois passa fomi mais eis istuda.  
Ah si istuda! É issu qui nois veiu fazê aqui. Vivê im paiz”<sup>11</sup>

A área estudada situa-se no lado Norte/ Noroeste da Ilha de Vitória, junto a um dos canais do rico estuário do Rio Santa Maria (Canal de Vitória) e adjacente à Rodovia Serafim Derenzi, estando a uma distância de 4 km da UFES – Universidade Federal do Espírito Santo ou 7 km do Centro da Capital.

A Cidade, ou melhor, a Metrópole, foi ocupada por esse povo que modificou estruturas, derrubou preconceitos, recuperou uma identidade cultural que continua diversificada, flexível e frágil e deu ao mundo vídeos, filmes, teses e documentários, entre erros e acertos espontâneos, isto é, não oficialmente reconhecidos, mas exaustivamente debatidos. Em sua maioria sobrevivem no local e hoje seus filhos se orgulham de terem nascido naquela terra cuja lama de mangue foi transformada em moradia, em “Terra Prometida”.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Dona Lindinha, (já falecida), não é ficção. Não sabia sua idade mas conseguiu documentação, endereço e brigava com quem dissesse que não era cidadã porque ainda não sabia ler (1989).

<sup>12</sup> Na Lama Prometida, a Redenção. Graça Andreatta 1987.

Esse era o *modus vivendi* daquele povo, como se tudo o que via fosse novo, brilhante e semelhante a uma grande universidade viva. Assim, em 1977/78 já se aglomeravam na janela da “escolinha” de madeira, de uma porta só, à noite para aprender o elementar para conquistar a “cidade” enquanto se aprendia também as causas da situação por eles enfrentada com seus aspectos simbólicos, étnicos na identificação das ocupações urbanas que se estendiam já por outros municípios da Grande Vitória, apropriando-se do território como forma de luta pelo direito fundamental à moradia em condições dignas.

“A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura...”<sup>13</sup>

A tensão na área foi uma constante em relação com a “propriedade” já que ocupantes e autoridades questionavam o ato de ocupar o mangue sob pontos de vista diferentes. Ocupar, reivindicar, agir e avaliar são, portanto, os elementos principais a partir dos quais trataremos a questão dos movimentos sociais no Estado do Espírito Santo.

Esse poder tripartite (Executivo, Legislativo e Judiciário) de antes não continha as ideias progressistas trazidas hoje, nem uma Constituição Federal que oferecesse cidadania. Esse período da ditadura militar que estabeleceu um regime alinhado politicamente aos centros imperialistas, acarretou enormes modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social. Segundo Netto (2007):

[...] sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contra-revolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social). (NETTO, 2007. p. 16)

Nesse momento acontece a recuperação econômica para a elite brasileira que leva o Brasil, de forma concreta, a um processo de industrialização, ampliando a concentração de renda e elevando a desigualdade social. A maioria da população do país não desfrutava do “milagre” da economia. De acordo com Pereira (2008), os governos militares:

[...] realizaram ações em todo âmbito da vida social – do econômico ao político e cultural – com objetivo de criar condições necessárias ao florescimento do setor privado, nacional e imperialista. Isto significava, de

<sup>13</sup> FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983, pág. 43.

um lado, proporcionar a máxima extração de mais-valia absoluta e relativa da força de trabalho assalariada industrial e agrícola, com forte arrocho salarial – congelamento dos salários e queda do seu valor. (Pereira, 2008).

Assim, nesse contexto ressurgem das bases, no campo e na cidade, e na própria Igreja Católica, a reação às torturas, à injustiça social como um todo. E é nesse contexto que se mantiveram e oficializaram os movimentos sociais no Estado do Espírito Santo pós ditadura: os movimentos de transporte em Vila Velha e da água em Vitória, com alguns grupos de mulheres lavadeiras em São Mateus (norte do Estado) e de mulheres nas CEBs de São Pedro de onde surgiu a MUSP – Mulheres Unidas de São Pedro. Surgiram também os acampamentos de Sem Terra que, posteriormente, se tornaram assentamentos.

No campo e na cidade o Estado crescia em lutas sociais e organização popular, mesmo sem respostas do Regime, ou com respostas traduzidas em perseguições e cadeia, a luta continuou pelo fim da ditadura.

No campo, com a CPT – Comissão Pastoral da Terra - criada a nível nacional em 1975 e no ES em 1976, estudava todos os trâmites desde a Lei de Terras de 1850, a Lei 4504 em 1964 chamada Estatuto da Terra para encontrar brechas que mantivessem o homem do campo no campo, na agricultura, alimentando a “cidade”.

A invasão de eucaliptos e cana-de-álcool expulsou os pequenos agricultores para os mangues e morros da periferia da Grande Vitória. É onde se situa a grande diferença entre essa área metropolitana de toda e qualquer capital maior desse Brasil. É onde se pode justificar o termo “terra esquecida” que só veio a ter algum valor de crescimento e desenvolvimento diante do País com a chegada do PT ao poder e o princípio de participação popular que busca reconhecer as terras chamadas “devolutas” e as improdutivas para oferecer opção de Reforma Agrária. Isto desde que a “Lei de Terra” passou a estabelecer a compra como único critério de acesso à terra e oficializou a privatização de um pedaço da mesma. Mostra, então a impossibilidade de acesso daqueles que não tinham dinheiro para comprá-la, excluindo radicalmente o negro e o colono do acesso à terra<sup>14</sup>.

O domínio e a posse de áreas de terra fazem parte da formação das classes sociais e do poder político-econômico em nossa sociedade, tanto com os negros trazidos da África para a cruel escravidão como com os imigrantes europeus. Os primeiros, os negros africanos, até o final do século XVIII, estavam localizados

---

<sup>14</sup> Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Posteriormente surgiu a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Esta lei regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

principalmente onde atualmente são os municípios de São Mateus e Conceição da Barra<sup>15</sup> ao norte do Estado, próximo à Bahia de onde fugiam para os Quilombos; os imigrantes e seus descendentes mais ao sul. Conhecendo o Estado percebe-se a diferença de colonização em todos os sentidos – costumes, danças, comidas, festas, crenças e credences - entre a liberdade de ação e a escravidão fundiária.

Com o surgimento da CPT, juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, passou-se a dar assistência aos camponeses durante o regime militar. No início, a CPT esteve voltada às lutas dos posseiros do Centro-oeste e Norte do Brasil. Mais tarde com os conflitos de terra em todo o País, ela se tornou uma instituição de alcance nacional. (MORISSAWA, 2001, p. 105).<sup>16</sup>

Sobre o surgimento do MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra – temos a declaração de D. Aldo Gerna (atualmente Bispo Emérito) da Diocese de São Mateus em homilia no Dia do Trabalhador Rural em 1987:

(...) com a preocupação de acompanhar essa evolução dos problemas sociais aqui na região e no Brasil, e a nossa ligação com o movimento e com a CPT era tanta, que as três coisas praticamente se confundiam e até principalmente, diante da opinião pública, (...) o Movimento Sem Terra e a CPT eram coisas da igreja, especialmente do Bispo e na verdade, tinham o nosso apoio, mas sempre também com uma certa reserva sobre. A gente percebia que atrás tinham também intenções políticas dos dirigentes, que não seria nosso caso, que nós não interessava e que tinha também uma metodologia inspirada naquilo que se chamava naquela altura esquerda.”

Para este trabalho os depoimentos serão buscados em várias partes do Estado. O povo observado, porém, serão os moradores dessa Região da Grande São Pedro. (Anexo 1 – fotos da região).

---

<sup>15</sup> Também em Conceição da Barra, na foz do Rio Cricaré aconteceu nos anos 1500, do descobrimento, a maior chacina de índios, Ver “Os Feitos de Mem de Sá – Padre José de Anchieta, cuja obra conta a realidade da época.

<sup>16</sup> Mitsue Morissawa. Escreve: A história da luta pela terra e o MST. Editora Expressão Popular - Rua Abolição, 201 - Bela Vista São Paulo SP - CEP: 01319- 010

### 3 – METODOLOGIA

No sentido de encaminhar para o entendimento do fenômeno principal do poder que não é transmitido por uma vontade alheia, mas, essencialmente pela formação de uma vontade comum, a pesquisa aqui desenvolvida busca investigar o tipo de sociedade que vem sendo produzida com as mudanças espaciais e sociais de humanização das cidades a partir de gestões municipais e estadual sob o chamado Modo Petista de Governar.

A metodologia empregada consiste em *pesquisa aplicada* a uma área restrita que recebeu ao longo de seus últimos e únicos 37 anos governos impostos a que foram chamados biônicos, governos neoliberais e governos petistas.

Foram utilizados recursos propostos pela FPAFESPSP, observação pessoal, a literatura local através de teses e artigos da UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, fotos, vídeos, depoimentos:

“Este olhar sobre a singularidade de um espaço transformado por uma orientação coletiva dos sujeitos de realizar direta e conjuntamente suas necessidades é relevante, também, por permitir a observação empírica da possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos.” (SANTOS, 2005, p.163).

A linguagem desta pesquisa é adequada e contextualizada. Também foi motivo de esforço especial em que os atores principais – a participação popular através dos Movimentos Sociais e o modo petista de governar através de prefeitos e governadores eleitos - ao longo do “percurso” estudado foram trazidos para o momento em que a problematização fez o caminho percorrido em todos os sentidos. Durante o processo aconteceram viagens e entrevistas qualitativas, a participação popular numa assembléia de aproximadamente 100 pessoas para conversa sobre o assunto com moradores da região, estuda alguns desses atores, além da análise de vídeos e teses com estudos e divulgação da luta popular da região estudada.

Este trabalho em particular que fala da relação dos governos petistas com as organizações sociais do estado do ES, traz em seu bojo uma metodologia simples que se preocupará em analisar a situação ao longo da história no espaço de tempo entre 1977 a 2014 no auge da expansão do Modo Petista de Governar a nível nacional.

Para que a exposição de atores, fatores e vetores possa ser uma contribuição às gerações por vir, além da bibliografia oferecida pela FPAFESP-SP foi buscada a bibliografia existente em larga escala, nas faculdades locais haja vista a experiência apresentada ser motivo de estudo de edição de vídeos, filmes e teses no Brasil e

outros documentos em várias universidades e em várias partes do mundo como na Holanda, por excelência através do Antropólogo Ghert Banck que produziu um livro de fotos acompanhando a evolução do local objeto deste estudo. Também fotos do Padre Giovanni Bartesaghi que traduziu a obra “Na lama prometida a Redenção”, de Graça Andreatta, para o Italiano, dando-lhe o nome de “Città Sulla Palude”<sup>17</sup>, ambos presenteados ao Papa João Paulo II que mostrou e cumpriu o desejo de visitar o local e o fez em 19 de outubro de 1991.

O aspecto objetivado é direcionar três temáticas principais: 1- o pequeno e rico estado do Espírito Santo; 2: a força da organização popular informal, fora e dentro da legalidade; 3- a capacitação a partir da visão da organização, especialmente da mulher através da entidade chamada MUSP. 4 - o “pacto social” estabelecido entre os ocupantes da área de São Pedro e 5 – A proposta de um pacto interno partidário para preencher o hiato deixado pelos conflitos internos e a perseguição constante:

“Há, muitas vezes, grande diferença entre a vontade de todos e a vontade geral: esta olha somente o interesse comum, e outra coisa não é senão a soma das vontades particulares; mas, tirai dessas mesmas vontades as que em menor ou maior grau reciprocamente se destroem, e resta como soma das diferenças a vontade geral”.<sup>18</sup>

O trabalho contém texto, referências, tabelas, depoimentos e entrevistas e, como palavras-chave: identidade, democracia, organização, capacitação, avaliação e humanização.

---

<sup>17</sup> A obra conta a história da ocupação e a luta do povo. A obra em italiano é uma tradução reduzida do que foi a realidade.

<sup>18</sup> ROUSSEAU, J. J. O Contrato Social e outros escritos. P. 30

#### **4 – IDENTIFICANDO O PROBLEMA**

O problema escolhido como tema deste trabalho é intitulado “*Participação Popular e o Modo Petista de Governar no Estado do Espírito Santo*”. O assunto é muito amplo e será dada ênfase a três momentos da - GPDP - Gestão Pública Democrática e Participativa - dos governos petistas municipal e estadual. Trata-se de 3 mandatos municipais e um mandato estadual em épocas diferentes com hiatos políticos entre os mesmos devido aos enfrentamentos a opositores neoliberais e a contendas partidárias internas.

A questão remonta ao período pós ditadura militar sob as consequências do “Milagre Econômico” que provocaram um enorme êxodo rural e um maior crescimento demográfico em toda a região da Grande Vitória, concentrando na capital ocupações de mangues e morros indiscriminadamente, sem nenhum planejamento dos órgãos públicos e um total desconhecimento das “coisas da cidade” pelos migrantes em busca do “estado necessário”.

## 5 – JUSTIFICATIVAS

A importância deste trabalho é incontestável para o Espírito Santo rural e urbano e, também, para outros estados, haja vista a grande influência que este ente federativo exerceu na formação de governos petistas em terra capixaba num desenvolver oscilante entre o crescimento do partido até parte do ano de 1997, o descenso e o retorno ao crescimento partidário em outras e variadas vertentes, o afastamento ou não dos movimentos sociais.

Entendendo que o tema dos conflitos fundiários rurais e urbanos configura-se como um grave problema social brasileiro, com significativas repercussões na gestão das cidades e na vida das pessoas este trabalho analisa, à luz de governos petistas no Estado do Espírito Santo, o modo petista de construir políticas públicas com e para os movimento sociais.

Os conflitos urbanos de ocupação do solo foram encarados até bem pouco tempo apenas como um problema de ordem privada a ser resolvido na esfera judicial com ações possessórias, com recursos policiais. Com a Lei 10.257, de 10 de julho em 2001 e a instituição do Estatuto da Cidade os conflitos fundiários passaram também a ser tratados como ponto nevrálgico dos problemas sociais e urbanos que precisam ser enfrentados de modo planejado. Busca-se, então, atuar em conjunto com as demais políticas públicas urbanas que envolvem todos os sistemas básicos da sociedade, desde a moradia, o uso e a ocupação do solo, o saneamento ambiental e a mobilidade urbana, não esquecendo o aspecto viário rural por onde escoia a produção que chega às mesas. É um novo aprendizado que se concretiza afinado com *O Modo Petista de Governar*.

Demonstrando a evolução da maneira petista de fazer governo executivo e legislativo com políticas adequadas às reivindicações populares e suas necessidades, estudando a cotidianidade da metrópole nos seus sistemas de trocas voltados para simulações e virtualidades sempre direcionadas para a produção e o consumo é que se justifica sobremaneira este texto /documento cujo conteúdo já foi motivo de estudos variados em várias universidades do Brasil e do mundo.

O espaço dessa lógica, hoje, segue como padronização, o consumismo e o individualismo desta racionalidade, tornando-se espaços abstratos o que se explica pela configuração do espaço urbano de Vitória, pela correlação de forças dos



agentes sociais locais e o enfrentamento e mesmo associação, a governos neoliberais. A sabedoria popular acompanha o momento em suas necessidades.

É importante para este trabalho mostrar a diferença entre “ocupar a cidade” em estados federativos menores com a força elitista no poder e comparar ao Modo Petista de Governar que oficializou a participação popular sem desrespeitar a legislação. A descoberta de como administrar com o povo, iniciou-se em 1989/92, quando a região ocupada e aqui estudada já contava 12 anos de lutas incansáveis por dignidade cidadã.

Fundamental destaque ainda requer deste trabalho, fidelidade e cientificidade em sua escrita. Será utilizado nas bases sociais do Estado do Espírito Santo para formação de multiplicadores na área rural e urbana e análise e avaliação dos 35 anos do PT a partir de 2015.

## 6 – MARCO DE REFERÊNCIA CONCEITUAL

As experiências, pesquisas e intercâmbios efetivadas na área objeto deste trabalho têm como inspiração, leitura, pesquisa e conclusão, todo o material oferecido pelo Curso de Pós Graduação em Gestão e Políticas Públicas oferecido pela FPA - Fundação Perseu Abramo e FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo com destaque para Políticas para o Desenvolvimento Local organizado por Ladislaw, Dowbor e Márcio Pochman (2010); O Brasil Privatizado (1999), Reconquistando a Cidade de Márcio Pochman (1996); Governo e Cidadania - Balanço e Reflexão sobre o Modo Petista de Governar; LULA e DILMA 2013:

“...Houve, fruto por conta das políticas neoliberais um empobrecimento geral da população, atingindo até mesmo parcelas expressivas do funcionalismo público e da classe média, perdas que estão começando a ser recuperadas na primeira década deste século e milênio”. (Selvino Heck 2010)<sup>19</sup>

Aquele povo, não era excluído de emprego, era expulso da terra e sequer sabia conviver com as questões urbanas, daí a necessidade de se apoiar no outro para sobreviver. A leitura, o apoio maior e livros foram “devorados” e interpretados para buscar um plano de ação.

Segundo Costa & Dagnino (2013):

“O plano só se completa na ação, nunca antes, exigindo a ação de governo, frequentemente, um cálculo de último momento que completa o plano. Esse cálculo é uma forma de improvisação necessária. Então, a questão indica, no momento da ação, se o domínio será de improvisação sobre o plano ou do plano sobre a improvisação: as equipes dirigentes podem escolher os problemas, formular seus planos para solucioná-los e o momento de fazê-lo, mas não podem escolher as circunstâncias de contexto em que deverão agir.”<sup>20</sup> (Costa & Dagnino 2013, p.247)

“Atuar na incerteza”. Tanto o povo migrante ocupante de uma área de biodiversidade variada com suas passeatas, como os governantes-alvo e suas reivindicações agiam na improvisação. A diferença estava no planejamento popular que previa as reações de governantes “biônicos” e, o governo municipal ou estadual agia sob pressão popular.

Dentre o vasto material estudado destacar-se-á como fonte para consulta parte das obras apontadas pelo curso de especialização e a literatura capixaba sobre o assunto assim, distribuído:

- Sempre que o Trabalho estiver se referindo a costumes, hábitos, tradições e políticas implementadas por governantes petistas no EES – Estado do Espírito Santo, o referencial teórico será local, muitas vezes comparativo haja vista

<sup>19</sup> HECK, Selvino Políticas de emprego e inclusão social in Políticas para o Desenvolvimento Local.

<sup>20</sup> Costa & Dagnino (2013)

a grande diferença entre uma metrópole como São Paulo e suas ocupações urbanas em prédios e terrenos baldios e uma ou várias ocupações na Grande Vitória em morros e mangues. Nesse sentido terão grande importância para este TCC, obras de Paulo Freire a saber: “Conscientização, teoria e prática da libertação” (1980); “A Alfabetização de Adultos: é ela um que fazer neutro?” (1978); Relatórios da PMV – Prefeitura Municipal de Vitória que tratam da região estudada,<sup>21</sup> bem como visitas a jornais locais para estudar reportagens da época<sup>22</sup>.

“São Pedro é também uma dádiva do mangue. Só que, ao contrário da experiência dos mocambos do Recife, que Josué de Castro descreve em seu chocante “Homens e Caranguejos”, em São Pedro o homem precisou invadir e destruir parte do mangue para fazer sua casa e viver do lixo e no lixo, por muitos anos. Depois de tanta luta, agora é trabalhar pelo desenvolvimento sustentável. Para que nunca mais as crianças precisem pedir socorro, desesperadas como no hino religioso que abre o filme de Amylton de Almeida:

Onde está aquele povo barulhento?  
Onde está que não se vê nenhum irmão?  
Onde estão os dirigentes dessa igreja?  
E os obreiros daqui onde é que estão?<sup>23</sup>”

- Autores locais, especialmente professores e estudantes universitários que atuaram na área fonte desta e inúmeras pesquisas que foram motivo de estudo em universidades do mundo como por exemplo: Ana Doimo com “*A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil*”<sup>24</sup>; de Roberto Simões Garcia Diretor do NCD – Núcleo de Cidadania Digital da UFES; Arlindo Vilaschi, candidato ao Governo do ES em 1986 pelo PT, PhD, economista desde 1969, professor da UFES com a recente obra “Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento”<sup>25</sup>; Boaventura Souza Santos e Marilena Chauí em “Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento” além de trechos de obras citadas em artigos e apostilas da FPA-FESPSP.

- O mais utilizado, porém, foram as leis da Constituição Federal o Estatuto da Cidade, Reconquistando a Cidade de Márcio Pochmann e a prática

<sup>21</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Projeto São Pedro: desenvolvimento urbano integrado e preservação do manguezal em Vitória. Separata do livro Habitat – As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente brasileiras*, Nabil Bonduki (org). São Paulo, Studio Nobel, 1996.

<sup>22</sup> A GAZETA. *Vereador nega grilagem de terras em São Pedro*. Vitória: 10 jan. 1981. p. 6. Vitória, 07 jan. 1981. p. 5.

<sup>23</sup> TAVARES Dias, São Pedro. Coleção Elmo Elton 2001, com fotos de Apoena Medeiros. Prefeitura Municipal de Vitória.

<sup>24</sup> DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

<sup>25</sup> VILLASCHI Arlindo. Vitória-ES. Flor & Cultura 2011.

popular, através das revistas e periódicos locais, como também ensinamentos de palestras proferidas durante o curso e além dele:

“O estatuto da nova cidade, reconquistada dos interesses e compromissos do passado do capital baseado no trabalho material, redefine o desenvolvimento da economia do conhecimento gerador de prosperidade e de qualidade de vida diferente do capitalismo produtor da escassez absoluta ou relativa” (Pochmann, 2012)

As obras pesquisadas e citadas levam a uma releitura da trajetória percorrida pelo princípio brasileiro de tripartição de poderes na modernidade, onde são apontados os fundamentos e a mudança do fluxo de poder, acompanhando uma conceituação de pós-modernidade, com um aprofundamento maior na relação dos movimentos sociais e o advento e crescimento do Partido dos Trabalhadores no Estado do Espírito Santo.

Pela verticalidade do tema, com relação à época, atingida por este trabalho, isto é, a completa falta de experiência e literatura disponível para o trato com o povo, será utilizada a prática das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, para ter como base deste TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, serão utilizadas obras de Gramsci e Paulo Freire para leitura e embasamento teórico, especialmente para formatar a ideia do como fazer no início de um partido que trazia ideias novas e de uma situação inusitada como as ocupações na região estudada.

Frases como *“Todos os homens do mundo na medida em que se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos”* (Gramsci).

Ou ainda: *“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender,”*(Freire)

Eram repetidas em reuniões, escritas no jornalzinho “Grito do Povo”, mimeografado a álcool e posteriormente a tinta com folhas e tinta ganhas e mimeógrafos de terceiros que, os que sabiam ler, liam para os demais ou repetidas no programa de sábado da “Rádio Popular de São Pedro” então já mais desenvolvido.

É importante que se tenha em constante memória que a atual pesquisa estuda a atuação com o povo na formação de políticas públicas e não o contrário, por isso, o linguajar está adequado ao entendimento popular. O referencial teórico cresce no meio do povo à medida das necessidades.

A literatura sobre o assunto foi se formando gradativamente, bem como os três atores deste TCC que são: os Movimentos Sociais, a Participação Popular e o Modo Petista de Governar. Por isso, a literatura é quase que exclusivamente

petista. Por ser um estado brasileiro capixaba com características especiais, necessitou-se de literatura local como a já citada acrescida do relatório de transmissão e passagem do cargo (2012) com o “Programa Terra mais Igual” da PMV gestão (2005/2012), e, para a proposta final de um pacto sociopolítico interno entre diretores petistas e externo com a militância e movimentos sociais, na expectativa de maior e mais efetivo crescimento do Partido no EES. Com o esperado sucesso eleitoral a partir do relacionamento com os movimentos sociais, foi utilizada a obra Reforma Política e Cidadania de vários autores (FPA 2003) que estuda itens interessantes da Reforma Política que queremos.

Ainda através desses parâmetros e paradigmas, os cidadãos entrevistados hoje são escritores, em sua maioria, ou pessoas públicas com um grande acervo de entrevistas em jornais e revistas. Os entrevistados são o ex-prefeito e ex-governador, ex-presidente do PT Vitor Buaiz, médico e escritor (anexo 2); o odontólogo e escritor Perly Cipriano, ex-chefe de Gabinete da PMV no governo Vitor Buaiz, ex-vereador em Vitória, ex-Secretário de Justiça do Governo do Estado, tendo sido no Governo Lula e Dilma Subsecretário da SEDH-PR Secretaria Especial de Direitos Humanos e mais recentemente Subsecretário de Direitos Humanos da SEADH - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (anexo 4); o outro entrevistado é o atual presidente do PT no Estado, que já ocupou os cargos de deputado estadual constituinte, deputado federal, presidente do PT, prefeito de Vitória por duas gestões, Presidente Frente Nacional de Prefeitos –FNP. (anexo 3).

Várias revistas locais foram utilizadas como: Apostila interna do Governo do Estado EES em maio de 1995 na divulgação da Regionalização do Estado Espírito Santo pela então Secretaria de Estado de Ações Estratégicas e planejamento quando, na época era secretário o ex-prefeito de Vila Velha no ano de 1988, Magno Pires, especialmente para buscar o mapa regional criado para as diversidades regionais onde um dos textos traz o título: “Orçamento Participativo Estadual – A Obra mais importante do Estado”. O documento “oficial” que sequer traz suas páginas numeradas e certamente foi “datilografado” em 1995 diz no item “Os pressupostos do Processo”:

“Ao adotar a participação popular como arca desse governo, essa diretriz passa a se constituir como uma concepção política na perspectiva da gestão participativa nos processos de decisão, implementação e fiscalização das políticas públicas, representando uma ruptura com o modo tradicional e autoritário de governar, ainda presentes em nossa sociedade. Os desafios postos vão requerer, portanto, uma vontade política que venha superar a visão corporativa e localizada, o clientelismo e o fisiologismo em direção a uma visão mais coletiva e global, onde os problemas e suas

soluções são percebidos num contexto de conflitos de interesses diferenciados e muitas vezes divergentes”.

A história concorreu contra os sonhos do programa citado pois as divergências se acirraram internamente, mas o OP foi mantido no Estado e é motivo de debates anuais.

Necessário se faz, lembrar aqui que Magno Pires já usara o OP – Orçamento participativo em sua gestão tampão em Vila Velha e volta a empregá-lo no Estado. Revista “Instituto Jones” (1999), com entrevista ao recém saído do governo do EES Vitor buaiz e um balanço de suas atividades ; Inclusão Social e Produtiva relatório da SETADES – Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do EES, cujo gestor foi o petista Tarcísio Vargas (2009); Os desafios do Desenvolvimento (2013) do Gabinete da Senadora Ana Rita Esgário,

Todo esse acervo acrescido da bibliografia a ser apresentada ao final deste Trabalho provoca a metodologia de entrevistas a alguns desses autores com viagens, visitas, fotos e reuniões haja vista a autora ser oriunda do local estudado onde residiu e agiu como agente pastoral da Arquidiocese de Vitória durante 23 anos, consultando também aquela população e suas próprias obras: Na Lama Prometida, a Redenção (1987), 31 anos depois (2007, A Revolução da Estrela (2010) além de vídeos e a obra em fotos do Antropólogo holandês Ghert Banck que compõem o acervo do “Museu de São Pedro”.

## 7 – COMO ACONTECEU A BUSCA DA CIDADE NECESSÁRIA?

O problema em questão residiu na oportunidade de conciliar GPDP – Governo Popular Democrático e Participativo - com as lutas sociais organizadas ou não que contribuíram ao longo das últimas décadas, ora na clandestinidade, ora abertamente, criticadas positivamente ou não, para manter acesa a chama da participação popular. Entretanto, não havia exemplos nem parâmetros que norteassem ou indicassem qual a melhor forma ou prática a ser implementada em 1988, nem em 1999. O que se fazia latente era a necessidade de promover uma gestão participativa e dialogada com o povo e para o povo.

De um lado um povo em construção de uma identidade, buscando a todo custo suprir as carências básicas para sobrevivência; de outro a primeira gestão petista na capital Vitória. Uma ótima oportunidade de estudo são as ações implementadas pela GPDP na região da Grande São Pedro em Vitória, ocupação que inicia em fevereiro de 1977 e só é contida em 1989 com o início da humanização e recuo da favelização na capital.

Em termos quantitativos: uma grande extensão de área de mangue, milhares de pessoas necessitadas, vindas de todas as partes do país em busca de trabalho e melhores condições de vida. Em termos qualitativos um mangue entre marés altas e baixas com palafitas quilométricas, funcionava como um verdadeiro “formigueiro” com pessoas construindo habitações precárias em madeira não somente para moradia mas em grande parte para garantir o seu direito a um pedaço de terra no caso, a lama, sem nenhuma infraestrutura entre 1977 e 1988. Essa transição entre a época de exceção e a época das liberdades democráticas é marcada por uma acelerada expansão demográfica no estado.

“...Esse projeto de lei (Projeto 5 788/90) que ficou conhecido como Estatuto da Cidade, foi finalmente aprovado em julho de 2001 e está em vigência a partir de 10 de outubro desse mesmo ano. A partir de agora, o capítulo de política urbana da Constituição de 1988, em combinação com o Estatuto da Cidade e o texto da Medida /Provisória 2 220/01, dão as diretrizes para a política urbana do país nos níveis federal, estadual e municipal”<sup>26</sup>...

A par desse pequeno trecho percebe-se que o problema e a busca de solução se manifestam mesmo antes da gestão petista por motivos já esclarecidos: êxodo rural, que no estado tem como motivo a expansão da monocultura, crescimento dos latifúndios, pecuária extensiva, e industrialização sem planejamento, atraindo em sua maioria homens de todas as partes do país provocando uma perda da

<sup>26</sup> Estatuto da Cidade Brasília 2002- Segunda Edição.

identidade cultural. Como manifestação principal deste problema pode-se citar o trabalho de Simmel (1967) na obra o Fenômeno Urbano página 68 onde destaca:

“...A atração da metrópole é, em parte, devido ao fato de que a longo prazo, cada indivíduo encontra, em algum lugar entre as variadas manifestações da vida citadina, o tipo de ambiente no qual se expande e se sente à vontade”

A cidade, antes uma ilha, composta em sua origem de morros e mangues não foi planejada para receber o progresso acelerado, nem o crescimento demográfico que resulta em aterros<sup>27</sup>, favelas e carências variadas.

Nesse contexto, ainda durante a Ditadura Militar, lideranças surgiram em todos os espaços, especialmente das CEBs, criando-se novas pastorais como a Pastoral do Migrante. Mesmo não sendo papel da Igreja, num estado que se propõe laico, é histórica e paroquialmente em escala maior assim assumido, de acordo com o edital do periódico “Espaço e Opinião” do CRA do Rio de Janeiro:

“O sistema de proteção social brasileiro, o Estado do Bem-Estar, carrega consigo um histórico pautado pela tradição e pelo conservadorismo. A proteção social caracterizou-se ao longo de muitas décadas como residual, pontual e fragmentada. Procurou-se indicar nesse artigo que é somente com a Constituição de 1988 que a proteção social passou a ser concebida sob a perspectiva de direito da cidadania, direito a prestações de serviços positivas do Estado, em prol da redução das desigualdades sociais”.

Os governos, impostos ou impostamente eleitos oscilaram entre o autoritarismo e o autoritarismo disfarçado de neoliberalismo. O PT, após 1980 colocou vários nomes à disposição de pleitos mas, também, em bases sociais organizadas que influíram nas mudanças e transformações necessárias para o Estado e o País conforme dados da Tabela 1 a seguir que traz os dados finais da eleição para o executivo do Estado em 1982:

Para delimitar o problema em tempo e espaço será analisada apenas a região da Grande São Pedro, por ser uma área referência mundial e estratégica a nível sócio-econômico-ambiental tanto da atuação governamental petista como na atuação dos movimentos sociais locais, atingindo os anos entre 1977 a 2014.

Quanto à abrangência do problema pontuam-se também na região metropolitana da Grande Vitória numerosas comunidades e áreas de invasão e

---

<sup>27</sup> A capital Vitória e outros municípios da orla marítima foram sempre aterrados. Em Vitória pode-se citar desde 1812: Aterro da Vila Rubim, do Parque Moscoso, do Porto de Vitória, da Ilha do Príncipe, da Esplanada Capixaba, da Praia Comprida, de Bento Ferreira, da Enseada do Suá, do mangue de Maria Ortiz, São Pedro e Andorinhas. (Informação retirada do Artigo de Francisco Bernardino Freitas da UFES – Universidade Federal do Espírito Santo).



ocupação desordenada, somando, já naquela época cerca de mais de 30 bairros em

**Tabela 1** – Resultado da Eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1982.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Gerson Camata	PMDB	448.164	54,30	60,34
Carlito Von Schilgem	PDS	282.189	34,19	38,02
Perly Cipriano	PT	10.482	1,27	1,41
Oswaldo Mármore	PDT	1.239	0,15	0,17
Votos Brancos	---	63.785	7,73	---
Votos Nulos	---	19.523	2,37	---
Total de Votos Válidos		742.074	---	100
Total de Votos Apurados		825.392	100	---

**Fonte:** TRE-ES; Jornal A gazeta, p. 06, 23 de Novembro, 1982

Dessa forma pelas características particulares de organização popular reivindicatória e dialógica da população pesquisada, houve uma constante correlação entre problema e solução.

Destaca-se ainda como uma região emblemática que permite correlações espaço-temporais multidisciplinares, intersetoriais, e, em se tratando de gestão pública, oportuniza atividades interdepartamentais e intersecretariais num elo constante entre as diferentes esferas do poder.

Quanto aos atores afetados é possível citar de forma abrangente e sem detalhamento as organizações populares locais: as CEB's, as denominações religiosas diferenciadas, as representações de ruas e quadras (passarelas-ruas imaginárias), catadores de lixo, pescadores, comerciantes informais, mulheres como organização própria, e as crianças com a fundação das escolas pela própria população. O povo em geral, com a multiplicação da organização à medida que aumentava a população e aumentava também o grau das necessidades sociais.

Outro segmento de atores afetados foram as populações de ocupação da Grande Vitória, os conjuntos habitacionais, movimentos sindicais, CPJP – Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, Dioceses Estaduais, Nacionais e Internacionais, a UFES, escolas particulares e públicas, a imprensa em geral, e pesquisadores estrangeiros (antropólogos, congregações religiosas, historiadores, arquitetos), e outros.

Uns foram afetados pela carência, outros o foram pelo ideal de solidariedade humana e outros ainda porque já tinham consciência política de que o Estado deve

ser responsável por seus cidadãos para que estes possam ter orgulho de sua cidadania. Muitos desses, chamados subversivos abrigavam-se na Igreja Católica local administrada na época pelo Arcebispo D. João Batista da Motta e Albuquerque e Dom Luiz Fernandes, ambos falecidos e que muito colaboraram para a humanização das ocupações urbanas no Estado.

As principais causas geradas pelo problema, além do êxodo rural são: a industrialização acelerada sem planejamento, o crescimento demográfico, podendo-se citar ainda, a favelização, a insalubridade dos postos de trabalho, a expansão dos portos marítimos, e a recém instalação das gigantes empresas multinacionais. Parece repetitivo esse item, entretanto convém colocar que os problemas gerados são também geradores de soluções quando há uma escuta pública e uma resposta popular. Não havia ouvidorias instituídas mas o povo gritou suas necessidades em todas as formas de manifestações.

Quanto aos efeitos gerados há um sem número a ser declinado: novamente a favelização como causa e efeito. O desemprego, a desagregação familiar, a promiscuidade habitacional, a carência de equipamentos sociais, a redução da mobilidade urbana, a falta de escolas e hospitais, o aumento da mendicância e da prostituição, o abandono de crianças, adolescentes e idosos, abortos forçados, partos prematuros, situação de risco desde a infância endividamento e falências por meio da inflação. Segue um sem número de efeitos colaterais diretos ou indiretos a serem enfrentados pelo poder público cuja gestão petista com seu modo singular diferente e novo de governar só veio a acontecer em 1989 na Capital, iniciando o período de humanização.

## 8 – O SONHO SE TORNANDO REALIDADE

### 8.1 – A Primeira Experiência Petista e os Movimentos Sociais:

Pela ótica dos descritores dos resultados a expectativa com relação à resolução esperada aconteceu gradativamente provocando transformações internas no seio da população, no interior do partido e influenciando gestores públicos e grupos organizados.

Algumas dessas transformações merecem destaque:

- O PT se confundia com os movimentos sociais e, juntou-se ao PCdoB e membros do PSB, iniciante, e alguns outros, sempre como incentivador e construtor de lutas sociais;
- As coligações começaram a ter sua força no partido (PT), as “coligações” se faziam em correntes internas já aprovadas em congresso. Estas já disputavam espaço e hegemonia num crescente que torna necessário hoje analisar influência positiva ou não também para os resultados eleitorais. Indubitável porém o nível de estudo, pesquisa e consciência dos companheiros e companheiras em cada tendência;
- Petistas começaram a ser alijados nas Comunidades religiosas;
- Reestruturou-se a Igreja de Vitória através de um grande movimento chamado “Grande Avaliação” - uma grande manifestação organizativa democrática com representação e participação em todos os setores da Igreja;
- As Centrais Sindicais em formação e envolvidas em muitas lutas, após a homologação da CF tiveram que afastar-se das bases organizadas em comunidades pequenas para tratar de assuntos trabalhistas legais, maiores e mais coletivos e corporativos;
- Necessidades organizacionais exigiam um aprendizado maior para melhor participar. Multiplicando-se as organizações, dividiam-se os movimentos e surgiam múltiplos movimentos paralelos;
- A mulher capixaba começava seu crescimento político em consciência e lutas com o surgimento de grupos de Mulheres nas CEBs (desde a Década da Mulher nos anos 1970) e grupos formais como a MUSP – Mulheres Unidas de São Pedro (década de 1980 completando recentemente 27 anos<sup>28</sup>. (Foto anexa).

---

<sup>28</sup> A MUSP completou 27 anos de formalidade estatutária em 31 de agosto de 2013. Requer dizer que desde a fundação da Escola Grito do Povo em São Pedro o nome MUSP surgiu com as lutas de mulheres por emprego, ampliou-se em 1985 com o sucesso do Curso para atendentes de creches, a

- O machismo aparecia como latente chaga no Estado, chaga esta que ao não ser dada a devida atenção faz do estado capixaba hoje um dos mais violentos do país em assassinato de mulheres conforme a CPI coordenada pela Senadora capixaba Ana Rita Esgário.

De acordo com Roberto Garcia Simões, professor da UFES, especialista em Políticas Públicas em seu artigo: “(In)Sustentabilidade no Espírito Santo: Qual projeto?”

“ O estado está no topo em todas as taxas de homicídios – total, mulheres e jovens (negros), e por acidentes de carros, denotando um contágio mortal. Aumento espraiado do consumo de drogas e do poder do tráfico de drogas e armas , com controle territorial significativo de bairros.” (Garcia Simões 2013).<sup>29</sup>

- O desemprego levou mais e mais famílias a sobreviverem da coleta de lixo obrigando os trabalhadores a lutas maiores redundando no acampamento de desempregados que durante 17 dias edificou moradias de madeira em praça pública com instalações sanitárias completas, reuniões diárias de assembléia, com 700 pessoas fixas e 2 mil pessoas nas manifestações e em horas de refeições e assembléias<sup>30</sup>, revoltando a elite que gritava contra dos apartamentos em torno;

- A oferta de emprego era mínima com a procura máxima enquanto trabalhadores chegavam em grandes grupos trazendo na bagagem a saudade da família ou sua desagregação irreversível;

- As associações de moradores cresciam em número e muitas se tornavam paralelas e tamanha foi a sua multiplicação, que se tornou fenômeno nacional que foi necessária sua normatização. Hoje temos estatutos padrão a serem preenchidos com características locais;

- A resposta à atuação reivindicatória dos movimentos populares até o ano de 1987 teve como referencial inicial as eleições de 1986 quando forças populares se juntaram para eleger constituintes do Partido dos Trabalhadores sendo que obteve sucesso com a eleição de um deputado federal e três deputados estaduais constituintes conforme tabelas 2 a seguir<sup>31</sup>:

---

Criação da Creche “Cantinho da Amizade” para a qual foram selecionadas várias mulheres da entidade e também, a metodologia empregada para a distribuição do “Leite do Sarney”.

<sup>29</sup> Revista Espírito Santo: Os desafios do Desenvolvimento- Uma contribuição ao debate – Brasil, verão de 2013 da senadora Ana Rita faz um retrospecto e atualiza a situação do Estado.

<sup>30</sup> ANDREATTA, Graça. Na Lama Prometida a Redenção. Editora O RECADO – SP 1987

<sup>31</sup> A autora deste TCC foi na época a candidata a vice-governadoria do ES.

**Tabela 2** – Resultado da Eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1986.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Max de Freitas Mauro	PMDB	532.713	48,06	54,9
Élcio Álvares	PFL	334.678	30,19	34,5
Arlindo Villaschi	PT	97.279	8,77	10,0
Rubens Gomes	PDT	4.957	0,44	0,5
Votos Brancos	---	98.490	8,88	---
Votos Nulos	---	40.176	3,62	---
Total de Votos Válidos		969.627	---	100
Total de Votos Apurados		1.108.293	100	---

**Fonte:** TRE-ES.

Outra resposta que embora passageira foi motivo de avaliação que resultou no processo de implantação do primeiro orçamento participativo do país iniciado em Vila Velha com a eleição de Magno Pires no “mandato tampão” conforme nota de rodapé no livro *Governo e Cidadania* no artigo de Vicente Trevas página 62:

“Não devemos esquecer que anteriormente a 1989 o PT já havia vivenciado importantes experiências de administrações municipais, como em Fortaleza (CE), Diadema (SP) e VilaVelha (ES). Nesta última, inclusive aconteceu a primeira experiência de Orçamento participativo sob uma gestão petista.”(Magalhães et al. 1999).

Já naquela época o projeto era implantado e implementado conforme participação popular e diretrizes modernas a exemplo da Lei nº 2433, de 06 de abril de 1988 – que, em Vila Velha, já preconizava a criação de plano diretor: delimitação de perímetro urbano com uso, parcelamento e ocupação do solo delimitados, proteção ambiental, código de obras e posturas, plano cadastral e de valores imobiliários, planos e programas setoriais e de duração anual e plurianual, programação financeira de desembolso anual e plurianual entre outros a serem considerados pelo conselho local como necessários à implementação da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente<sup>32</sup>.

Embora efêmero o mandato de Magno Pires serviu de fonte de aprendizado para todo o partido trazendo uma real expectativa da potencialidade eleitoral, e que lideranças dos movimentos sociais e partidárias acorriam para Vila Velha em busca de intercâmbio político, bem como serviu de paradigma para avaliação na

<sup>32</sup> Resumo da Lei 2433/88 – Vila Velha – ES, mandato do Prefeito Magno Pires.

conquista da Prefeitura Municipal de Vitória e do Governo do Estado pelo mesmo candidato, Vitor Buaiz, respectivamente em 1989 e 1994.

Não obtendo os dados no TRE sobre 1989 (PMV) segue abaixo a tabela de 1994 para o governo em primeiro turno que mostra claramente o sucesso do Modo Petista de Governar que acontecera anteriormente:

As dificuldades que surgiram então foram maiores que o Estado, dificuldades internas, de relacionamento com o neoliberalismo, dificuldades financeiras e o Estado ganhou em experiência mas o PT perdeu em lideranças históricas.

**Tabela 3** – Resultado da Eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1994, 1º Turno.

Candidato	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Vitor Buaiz	PT	495.948	35,02	46,63
Dejair Camata	PSD	290.677	20,53	27,33
Max de Freitas Mauro	PMN	139.262	9,83	13,09
Rosilda de Freitas	PSDB	137.666	9,72	12,94
Votos Brancos	---	256.076	18,08	---
Votos Nulos	---	96.181	6,79	---
Total de Votos Válidos		1.063.533	---	100
Total de Votos Apurados		1.415.810	100	---

**Fonte:** TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo)

## 8.2 – A Humanização para a cidade necessária

A comprovação do sucesso já foi descrita na tabela acima mas nenhuma tabela poderá descrever a agitação popular saudável e alegre que ocorreu na Região da Grande São Pedro após as eleições de 1989 que deram a Vitor Buaiz a gestão municipal. Assim como a genuína alegria capixaba com a eleição do mesmo ao governo do estado em 1994.

A grande espera chegava ao fim: o PT elege, para o pleito 1989-1992 o deputado federal constituinte, médico Vitor Buaiz, um dos fundadores do PT e seu presidente. Aquele período marcou pelo crescimento partidário e de afirmação junto aos movimentos sociais e políticos.

O título “humanização” teve sua legalidade confirmada na eleição cuja alegria da participação levou até as crianças para a rua, tamanha era a simpatia que emanava do Partido que pregava uma nova maneira de governar e a humanização

esperada foi iniciada. Entretanto deve constar deste trabalho que no norte do estado foi eleito o prefeito Túlio Pariz, em Jaguaré e que várias pessoas da ocupação em São Pedro eram eleitores daquele município, assim como a experiência mostrou que o povo da região, ou tinha seu título eleitoral ainda em diversos outros municípios e estados ou sequer tinha qualquer documentação. Os eleitores de outros municípios ou estados mantinham o mau costume de receber passagem de políticos coronelistas para o tradicional “voto de cabresto”.

O mandato municipal de Vitor Buaz marcou a cidade de Vitória o estado e o país com o OP. Logo no primeiro ano. Esta atividade de ampla participação popular em todos os níveis sócio-econômicos, dialogando com sindicatos, igrejas, profissionais de todas as áreas, teve implantado o sistema de intersecretarialidade com um verdadeiro interrelacionamento multidisciplinar que mudou a cidade.

Os paradigmas para o primeiro prefeito petista no Estado eram apenas a participação popular, os “conselheiros” da coligação, alguns poucos vereadores<sup>33</sup> e buscar conversar com petistas de municípios maiores, de outros estados com diferenças tecnológicas e de costumes totalmente diversos. A inexistência de modelos e literatura fizeram do momento de atuação com incertezas, um momento que deu certo.

### **8.3 – Formação continuada e permanente**

O marco desse período, além do OP foi: a capacitação do funcionalismo e seu primeiro plano de carreira e melhoria de salários; o estudo de indicadores para a Reforma Administrativa; a atenção dada à educação com a reforma das escolas e creches e a capacitação de toda a Rede Pública Municipal; a melhoria da saúde e enfrentamento com sucesso de epidemias como o cólera, dengue e doenças infantis; o estudo de indicadores de áreas de risco; a melhoria no transporte coletivo consolidando a quebra dos monopólios já efetuada pela participação popular, com capacitação dos trabalhadores na rede viária mesmo que particular. Essa capacitação promoveu uma maior e melhor mobilidade urbana.

Para a população pesquisada foi um grande marco o recapeamento e sinalização total da Rodovia Serafim Derenzi, acompanhado de campanha educativa pois interliga duas importantes regiões da ilha de Vitória: ao norte, oportuniza ingressar na universidade e amplia o número de empregos na área nobre e industrial da Grande Vitória, e, ao sul, ligando à rodoviária e ao centro da cidade, às escolas

---

<sup>33</sup> O PT nesse ano de 1988 elegeu três vereadores.

estaduais, hospitais e às duas pontes interligadas ao continente, facilita a busca de emprego em outras áreas que não apenas a das grandes indústrias, ampliando para o comércio, o turismo e outros, e, ampliando também a busca por capacitação, o que professores, universitários e técnicos se prontificavam em colaborar, numa troca ensino versus aprendizagem.

Os equipamentos sociais e de lazer tiveram então maior atenção visando especialmente ocupar as praças; a limpeza urbana e nas periferias, morros e mangues e, o que comanda qualquer administração petista o Orçamento Participativo que foi o marco maior com uma mobilização nunca vista até então convocada pelo Poder Municipal é mantido por governos posteriores e, mesmo que não com a mesma força de participação, sempre é mantido pois o povo o exige.

#### **8.4 – Transformando a cidade**

A transformação aconteceu alegremente num crescer de projetos debatidos, votados, que chegavam através do sistema telefônico número 156 de ouvidoria, do Orçamento Participativo e, posteriormente, através do projeto Pé na Rua que foi um projeto de gabinete, acompanhado pelo Prefeito em articulação de troca de experiência com a Prefeitura de Diadema - SP cujo Prefeito na época veio em pessoa treinar e capacitar membros do governo para sua implantação. O projeto concentrou ações de mutirão e resolução de crises e conflitos sócio-comunitários. Hoje este projeto pode ser chamado de projeto de gabinete de crise ou secretaria de governo.

Foram desenvolvidos projetos de inclusão social, numa real inversão de valores, através da mudança conceitual alimentar alternativa, medicina preventiva e implantação da medicina alternativa através da fitoterapia e homeopatia e obedecendo aos trâmites propostos pela Constituição Federal revolucionou a educação municipalizando as escolas, reformando os prédios em decadência encontrados como herança de gestões municipais neoliberais anteriores.

A adaptação deu a Vitória uma nova visão do Modo Petista de Governar, pois todas as secretarias iam para os bairros ouvir e resolver com a população problemas imediatos ou encaminhar os permanentes e continuados, retornando respostas positivas ou não à população esperançosa e, não raro, buscando novas maneiras de fazer acontecer.



A capacitação, a mobilização e a participação popular com as propostas inclusivas tiveram como consequência a Inversão de Prioridades dando ao povo empobrecido das periferias oportunidades nunca tidas anteriormente.

Como exemplo cita-se a educação que, como parte consequente do Orçamento Participativo e Planejamento Estratégico constante, acrescenta-se aqui o depoimento da então Secretária de Educação Terezinha Baldassini Cravo:

“...no início da gestão do governo Vitor Buaiz, o maior desafio estava relacionado à garantia do acesso e permanência dos alunos na Escola pública. O município contava com 54 Unidades de Ensino. Destas, 24 Escolas de Primeiro Grau (EPGs) e 30 Unidades de Pré-Escola (UPE), das quais um grande número funcionava em casas alugadas que comportava um, quantitativo pequeno de crianças, além das condições físicas deixarem muito a desejar em relação a um padrão mínimo de qualidade necessário à educação infantil.” (Cravo, 2012)

O anexo 1, texto de Maria Aparecida Azevedo, membro liderança na região de São Pedro desde a adolescência quando, recém-casa chegou ao bairro e participou com toda a família – Região dos Cinco irmãos – da construção das lutas sociais, mostra e resume o sentimento popular. Cida, como é conhecida posteriormente fez um grande trabalho no Presídio Feminino até ser exonerada. Hoje é mestranda da UFES em Serviço Social.

O trecho a seguir resume o que foi aquele momento do Modo Petista de Governar” em Vitória.

“Dentre as marcas deixadas na área de educação pela gestão Vitor Buaiz, podemos destacar a ampliação do percentual de aplicação dos recursos financeiros provenientes dos impostos de 25% conforme previsto na Constituição Federal, para 35% e o planejamento da rede física escolar do município de Vitória que possibilitou uma intervenção consistente de reformas e construção de novos prédios. Também foi garantido um padrão de rede física qualitativo que reverteu significativamente o déficit de vagas no ensino de 1º grau, assim como ampliou, em menor proporção, as vagas nas unidades de Pré-Escola, que naquele período atendiam em horário integral”.<sup>34</sup> (Cravo, 2012)

Para a elaboração do Programa de Governo, desse mandato, em 1988, foram distribuídas as comissões internas, levada a programação aos partidos coligados, feito o convencimento de proposta, acertadas as diferenças que não eram muitas pois o carro-chefe era o PT e sua experiência em participação popular, acrescida aqui da experiência do então candidato a prefeito Vitor Buaiz, que, na época, era Deputado Federal Constituinte.

O programa foi respeitado durante os 4 anos pelos partidos mas com férrea oposição interna devido à ocupação de cargos, conflito que vinha desde a

<sup>34</sup> CRAVO, T.B. Gestão da educação em Vitória - Caminhos estratégicos e construções. Gráfica Santo Antônio, 2012 – Vitória-ES

candidatura do vice-prefeito Rogério Sarlo de Medeiros, cujo cargo pleiteado para este, fora apontado pelos partidos com os quais se queria coligação; e por João Carlos Cóser, apontado pela militância petista de base. Ambos muito bons.

Rogério Medeiros na vice-prefeitura iniciou inovando a política a nível nacional só tomando posse quando lhe foi dado o direito de ser mais que uma figura decorativa como vice-prefeito. Rogério foi nomeado e ocupou o cargo de Secretário da Fazenda Municipal, além de substituir com competência e credibilidade popular o Prefeito em sua ausência.<sup>35</sup>

### **8.5 – O Primeiro hiato**

O mandato municipal terminou em 1992 com grande aceitação popular e grande oposição por alguns grupos internos do partido, provocando tensões que culminaram na eleição de Paulo Hartung na sucessão municipal, que, como liderança política estadual, percorreu os partidos PSDB, PMDB, PSB e novamente PMDB, respectivamente.

No intervalo após governos petistas na capital a Região estudada não fica ao abandono mas recebe programas passageiros que não retornam para o público em geral das periferias, restringem-se a pequenas obras, continua sendo o cartão de visita da miséria “melhorada” enquanto as ações governamentais municipais anteriores são pesquisadas, transformadas em projeto macro e levadas para receber prêmios no exterior. Como exemplo temos o Projeto Terra, de 1991, votado pelo legislativo, que já estava em fase de implementação, inclusive na região da Grande São Pedro e que perpassa todas as gestões posteriores como referência nacional em gestão política, que foi levado para Istambul para concorrer a prêmio e que foi teve seu maior avanço na outra gestão petista com João Carlos Coser:

“A experiência da Grande São Pedro foi uma das representantes do Brasil no Habitat II, realizado em Istambul, na Turquia, em 1996. Através desse projeto e tomando como base a Agenda 21 Local do município de Vitória, foi aprovado em 1996 o Projeto Vitória do Futuro – um instrumento de planejamento estratégico que definiu, entre outros, pela realização do Projeto Terra. Na concepção desse projeto emergiram programas integrados de urbanização objetivando intervir nas áreas degradadas, na procura de racionalizar a ocupação do espaço, aumentar a segurança, a salubridade e as condições de habitação. As áreas tratadas foram inicialmente mapeadas e delimitadas em poligonais que podem integrar um ou mais bairros, dependendo da situação físico-geográfica”<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> Rogério Medeiros jornalista, sindicalista, com renome estadual e nacional que vive hoje em Itaúnas, norte do Estado, impedido de assinar seus artigos por ordem judicial e perseguição política.

<sup>36</sup> [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT14/michela\\_pegoretti.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT14/michela_pegoretti.pdf)

Ao levar para Istambul a experiência da região, rasgou-se parte da história como se ela, a história, começasse ali, naquele momento, quando tudo quase já fora feito pelo governo anterior, do PT.

A partir do governo municipal de Paulo Hartung a capital teve por oito anos a facilidade de ter governo municipal e federal afinados politicamente numa sucessão neoliberal.

Tentando preencher o vazio político estadual, o Partido dos Trabalhadores lança em 1990 como candidato Rogério Medeiros ao governo do estado tendo como sua vice Kátia Moura do Partido Comunista. Perdeu as eleições, retornou a seus afazeres, atuou ativamente na prefeitura continuando seu mandato como vice-prefeito, mas como já citado, devido a lutas internas, o vácuo deixado pela não candidatura petista no final do mandato Vitor Buaiz, repercute ainda, mas, em 1994 o PT o lança como candidato a Governo.

### **8.6 – O PT no poder estadual**

As eleições de 1994 renovaram o ânimo e as esperanças dos movimentos sociais, sindicais e partidários à esquerda com a eleição de Vitor Buaiz do PT e Renato Casagrande do PSB na vice-governadoria conforme tabela 4 abaixo que completa a que já foi estudada anteriormente pois esta fala do segundo turno das eleições de 1994:

**Tabela 4** – Resultado da Eleição para Governador do Estado do Espírito Santo –1994, 2º Turno.

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Nº de Votos</b>	<b>%</b>	<b>Votos Válidos (%)</b>
Vitor Buaiz	PT	669.533	50,93	55,48
Dejair Camata	PSD	537.051	40,85	44,52
Votos Brancos	---	11.226	0,85	---
Votos Nulos	---	96.653	7,35	---
Total de Votos Válidos		1.206.584	---	100
Total de Votos Apurados		1.314.463	100	---

**Fonte:** TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo)

A herança deixada permaneceu durante os quatro anos de mandato em forma de atraso dos salários, tensões internas e externas, nenhum apoio do governo federal, greves, manifestações de rua e muita tensão. O governo anterior, ao qual tínhamos dado “apoio tático”, não conseguiu impedir a eleição do petista, mas conseguiu influenciar no insucesso do mandato.

A par de todo esse quadro negativo o modo petista de governar se manifestou mais uma vez através do Orçamento Participativo, do diálogo com as entidades sindicais de todos os níveis terminando o mandato com 1.300 obras em andamento.

O Projeto Mutirão – Pé na Rua implantado e implementado na prefeitura de Vitória foi solicitado para o governo no ano de 1996 com o nome de projeto “Pé na Estrada” sob o decreto 40/55-N de 22/11/1996 executado no período de 02/04/1996 a 31/12/1998 tendo percorrido 44 dos 78 municípios com até 100 atividades concomitantes coordenado por Maria das Graças Lemos Andreatta, cinco jovens assessores diretos, uma comissão colegiada de 2 representantes de cada secretaria, o apoio e representação do Tribunal de Contas Estadual, as autarquias e empresas estatais como o IPJM- Instituto de Pensões Jerônimo Monteiro, a CDH – Coordenação de Desenvolvimento Habitacional a colaboração técnica do Exército e da Polícia Federal, entre outros organismos buscados em cada município por onde passava e, especialmente o povo que acorria feliz com a chegada do “Projeto” que era ação.

Entre as muitas atividades coordenadas por gestores petistas no governo estadual destaca-se além do projeto “Pé na Estrada” que levava ações, formação, e organização, atuava na prevenção às drogas e álcool, orientava para empréstimos populares, debatia e aproximava a população do Orçamento participativo, levava o plano de governo e as ações aos municípios destaca-se o “Mutirão da Cidadania” coordenado por Perly Cipriano então Secretário de Justiça que mobilizava os municípios numa grande ação cidadã com muitas atividades técnicas e políticas especialmente a exposição e orientação para projetos de governo mas muito particularmente a confecção e entrega imediata, ou quase imediata de documentação básica para a reconstituição da dignidade de homens e mulheres capixabas. Também o mutirão da cidadania levava formação e exposições de atividades do governo.

Apesar da falta de apoio do governo federal, das tensões internas e externas, da quase expulsão pretendida por parte de correntes do PT, há duas declarações do atual presidente do partido João Carlos Coser que merecem destaque: *“O que atrapalhou Vitor Buaiz foi que ele acreditou muito no FHC porque achava que ajudaria o Espírito Santo. Ele passou muito aperto e não teve o apoio do governo federal.”*

Esta declaração foi dada aos jornalistas Tinoco dos Anjos, Dilson Ruas e Namy Chequer na revista Capixaba nº 58, em dezembro de 2013. Em 11 de abril de 2014, o ex-prefeito de Vitória e ex-presidente da Frente Nacional de Prefeitos João Carlos Coser declara em entrevista à autora deste Trabalho: *“Vitor Buaiz foi um grande ícone no PT.”*

Outras declarações e análises em revistas de nível nacional e estadual, livros e pesquisas acadêmicas estudam esse tempo da gestão Vitor Buaiz sem contudo colocar que foi uma gestão que levou o estado para a rota do desenvolvimento e o Partido dos Trabalhadores não cita essa época como o Modo Petista de Governar pois, no limiar do seu mandato, Vitor Buaiz, em 1998, para não ser expulso do PT que ajudou a fundar, ao qual dedicou parte de sua vida, partido ao qual amou e serviu, filiou-se ao Partido Verde (PV). Na ocasião o Partido dos Trabalhadores perdeu várias de suas lideranças.

### **8.7 – O retorno ao poder municipal**

Nas eleições de 2004 o PT retorna ao poder municipal através de João Carlos Cóser tendo na vice-prefeitura o membro do PMDB Sebastião Barbosa. Quis a sua prática experiente que o prefeito fosse reeleito e seu mandato de 8 anos terminasse em 2012, sem reeleger um sucessor, ou sucessora que, no caso, foi candidata a já deputada federal e ex-ministra da SEPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes.

João Cóser entrou para a prefeitura de Vitória numa época de crise, quando o governo federal ainda era FHC, mas o Brasil mudara. Período da reforma da Previdência Social, de privatizações, reformas contra os trabalhadores e muitas outras querelas antidemocráticas que mascaram a posição liberal mantida por governos neoliberais que não transformam em políticas públicas as ações de combate à pobreza mas que mantêm a pobreza para conquistar mais poder.

O primeiro desafio do prefeito eleito foi retomar o Orçamento Participativo em sua essência petista, atuar nos 80 bairros do município, culminando num Congresso da Cidade com o plano de governo elaborado para os quatro anos seguintes. Foi um PPA muito bem elaborado porque emanou do povo. Esse plano, com a reeleição em 2008 foi o carro chefe para mais de 200 obras simultâneas como: conclusão de unidades de saúde e escolas deixadas pelo prefeito anterior, cobertura da avenida Cezar Hilal, a reforma do parque “Tancredão” – Parque Tancredo de Almeida Neves.

A reurbanização da Praia de Camburi, deu a Vitória um outro visual turístico; a avenida Fernando Ferrari foi refeita em parceria com o Estado; o projeto de coleta de esgoto foi feito e executado para que Vitória pudesse coletar todo o seu esgoto e o foi em 100%. Os pontos de alagamento que Vitória sempre teve devido às chuvas sazonais e à altitude baixa para alguns pontos que se encontravam abaixo do nível do mar. Para debelar o problema foram feitos investimentos de mais de 150 milhões de reais em redes de drenagem nas regiões de Bairro República, Morada de Camburi, Maruípe e Jardim Camburi, bairros nobres e pobres da capital em atitudes igualitárias.

Além das inúmeras casas construídas, 5 projetos na área de habitação, muitas atividades sociais, 15 novas escolas entregues e foram deixadas para o novo prefeito mais 10 escolas em andamento e áreas reservadas para 6 novas escolas.

Os investimentos na área de saúde foram tão grandes e vitoriosos que Vitória foi considerada a melhor cidade em atenção básica de saúde. Entretanto Vitória recebeu também o Centro de Especialidades Médicas (Anexo 5).

Como em toda administração pública do PT, também no mandato de João Cóser, a campanha contrária aconteceu exatamente porque estava em plena atividade com muitas obras estruturais. Por exemplo, a cidade não tem muitas áreas disponíveis do próprio municipal assim como é uma cidade que não tem mais onde crescer horizontalmente. Então, para cada escola ou unidade de saúde que se vai construir deve acontecer também 10 a 12 desapropriações. O governo João Coser promoveu 430 desapropriações, acompanhadas das mais variadas denúncias articuladas contra seu mandato.

Entre outras questões, o atraso de obras pela Cesan – Companhia Estadual de Saneamento - a conhecida empresa Odebrecht que ganhou a licitação da Cesan para o programa Águas Limpas terceirizou para empresas cujo trabalho era muito inferior. Tais percalços obrigaram a prefeitura a fechar vias, o que gerou insatisfação popular. O saldo positivo, porém, é que 100% do esgotamento sanitário da capital é tratado.

Entretanto, com todo o trabalho e o sucesso obtido o partido em Vitória não conseguiu eleger a candidata sucessora ao pleito municipal, o que merece uma avaliação profunda das práticas internas do Partido para maior sucesso da proposta.

Justo é lembrar o projeto “Terra mais Igual” que atingiu 15 bairros, 12 comunidades, numa proporção de projetos de inclusão incalculável bem como

reflorestamento, reurbanização, contenção em áreas de risco que é inviável reproduzir aqui, a grandiosidade do projeto, mas sugere-se, retomar o assunto em momento oportuno para maior conhecimento, divulgação e aprendizado.

### **8.8 – Qual é a proposta? E o que deve ser feito para equacionar o problema?**

Qualquer plano de ação do Partido dos Trabalhadores visa a participação popular democrática, rumo ao socialismo em construção.

Democracia e Socialismo não se faz por decreto, tem que haver transformações profundas no modo de pensar de um país de dimensões continentais vivido sob a égide da colonização, da escravidão, do coronelismo e de ditaduras variadas, mascarados hoje com o nome de neoliberalismo.

O povo, os movimentos sociais organizados ou espontâneos, crescem em consciência, em lutas, em conhecimento da história para abandonar erros e repetir e valorizar experiências bem sucedidas, mas para enfrentar os opositores da democracia tem que se pensar uma nova maneira de proceder a manifestação.

O processo de geração de projetos que respondam aos anseios populares tem sido efetivado da maneira mais democrática que as condições populares admitem. Por exemplo, a região em estudo desde a sua fundação, passando por governos ditatoriais, neoliberais e também por governos que mostraram uma nova maneira de gerenciar – Modo Petista de Governar - esse povo ao estender suas bandeiras de luta passa a se identificar com os gestores onde ambos interagem satisfatória e harmoniosamente.

Essa práxis dialógica fez do povo não apenas participante ou mero expectador. Dos cursos e encontros de planejamento estratégico surgiram profissionais concursados e aprovados nos órgãos públicos, assessores de governos, empresas e políticos eleitos. Toda essa gama de capacitação e informação, de colaboração e co-participação, oportuniza propor junto com qualquer governo ações que implementem uma maior Justiça Social de bem estar individual e coletivo e por uma Cultura de Paz.

No bojo porém de qualquer plano de ação que venha a ser implantado em Vitória, a dimensão da demanda se concentra nos eixos: segurança, saúde e educação.

O Brasil, o Estado do Espírito Santo, Vitória e qualquer lugar, neste momento tem que se sentar à mesa de negociações e propor um grande “Pacto Social” de não

violência, não inflação, independente de quais sejam os candidatos ao pleito do ano. O PT, por sua vez, deve pensar e planejar um “pacto interno” sob a condição de, ao se manter o ritmo de violência política, não haver condições de correção no processo democrático. Também o PT precisa aprender com este momento onde a perseguição é tão latente e onde o povo já não identifica mais verdades profundas ou mentiras de palanque. O teatro, o espetáculo midiático tomou conta “das massas e das “maçãs”.

### **8.9 – A possibilidade de um pacto social interno**

Executar a proposta de participação popular num mandato progressista, democrático que adote princípios já cristalizados como o Orçamento Participativo, permite que o povo tenha esperança de mudanças transformadoras. Contudo, quando o gestor público é centralizador, autoritário e retrógrado, torna-se difícil qualquer diálogo para mudanças estruturais. Ainda há que se eliminar as vaidades políticas porque ninguém, nenhum gestor se faz sozinho.

Como este ano de 2014 é um ano político, o quadro do país é de denúncias, prisões, e busca de possíveis erros pela oposição ao modo petista de governar. Rousseau já escrevia no seu Contrato Social:

“Se, contudo, se perguntasse por qual sinal é possível conhecer se um determinado povo está sendo bem ou mal governado a coisa seria outra e a questão de fato poderia ser resolvida.

Entretanto, não pode ser resolvida porque cada um quer resolvê-la... um prefere a segurança das posses e outro aquela das pessoas; um pretende que o melhor governo é o mais severo, outro sustenta que é o mais brando, este quer que os crimes sejam punidos e aquele que sejam prevenidos; um é de opinião que se deva ser temido pelos vizinhos, outro prefere ser ignorado por eles; um fica contente quando o dinheiro circula, outro exige que o povo tenha pão. Mesmo no caso de haver concordância sobre esses pontos e outros semelhantes, ter-se-ia avançado mais? Faltando a medida precisa às qualidades morais, embora se concorde quanto ao sinal, como se poderia estar de acordo quanto ao julgamento?”<sup>37</sup>

A situação se repete, é cíclica, politicamente cíclica e trata da vontade de hegemonia, entretanto, como este projeto coloca como centro nevrálgico dos problemas a educação, a saúde e a violência, todas as ações pensadas deverão ser debatidas com a população através de suas entidades organizadas em assembleias que devem redundar em conferências para que o próprio povo decida quais os trâmites a serem respeitados para o grande pacto social proposto que poderá levar o país às reformas necessárias: uma completa Reforma Política, uma justa Reforma

<sup>37</sup> ROUSSEAU J.J. O Contrato Social ou Princípios do Direito Político. Coleção Grandes Obras do pensamento Universal. Editora Escala. SP. Tradução e organização de Ciro Mioranza.



Tributária que não mais sacrifique o pobre em detrimento do rico e uma grande Reforma Penal e Judiciária para que não tenhamos mais que passar pela vergonha como é o caso do estado do Espírito Santo sendo julgado a nível internacional devido à situação das masmorras em que são colocados os apenados:

- O apoio político deverá ser buscado pela militância que é povo, que é do povo e que sempre atuou;
- O governo atual no estado do Espírito Santo tem como vice-governador Givaldo Vieira do PT, entretanto, o governador, que é do PSB encontrará dificuldade em continuar essa aliança devido à candidatura nacional de Roberto Campos do PSB e Marina Silva que foi do PT. Apoio político não há. O PT tem que contar com as suas próprias forças acumuladas ou aceitar o isolamento a que querem relegar o Partido e completar o desmonte do que já foi realizado;
- Um pacto teria que ser implementado não apenas a nível de governo. As entidades sociais, sindicais, os meios de comunicação, as redes sociais, as igrejas deveriam atuar no sentido de querer, com forte vontade política, uma reversão do quadro de violência, medo e comodismo para propor ações que o governo possa implementar, respaldado no apoio popular.

### **8.10 – É momento de avaliação**

Uma avaliação que não é feita porque as leis eleitorais colocam o povo e os políticos candidatos em eterna disputa e medo de perder pequenos poderes, permanentemente e, de dois em dois anos os movimentos sociais que já se confundem com os partidos que apoiam acirram suas lutas ou as esquecem para apoiar candidatos. Também na esperança de ser o “candidato” nas próximas eleições. Nesse “círculo vicioso” mantém-se pequenos poderes pessoais em detrimento da coletividade e os “quadros” são reduzidos em todos os níveis.

Os partidos utilizam as lideranças treinadas entre uma eleição e outra, que se destacam nas comunidades, para lançar mais candidatos e assim crescer o número de votos da legenda. O que era útil no início da vida partidária, saindo da ditadura, já traz sérias consequências para as lutas populares também porque lideranças importantes passam a assessorar políticos vencedores de eleições e esvaziam assim os movimentos de base

A Constituição Cidadã de 1988 que deu uma grande aula de organização e participação poderia ser repetida pois está na hora da grande avaliação social que o Brasil deve fazer de suas atuações na concretude do mundo contemporâneo. Para

estabelecer parâmetros, paradigmas e limites na transformação do *modus vivendi* capixaba em relação à educação, à saúde, que tem muito a ver com a questão ambiental, social e econômica o EES deverá assumir o custo que é e continuará alto. Isto se permanecer a situação de violência que coloca o Estado entre os mais violentos do País, que, após tantas experiências de sucesso em participação popular e crescimento sustentável, deixa os movimentos sociais no “escondimento” para que não supere os permanentes candidatos já postos, burlando as leis de cotas, dando um “jeitinho” nas paridades. Tem-se como exemplo conselhos que ditos paritários, são formados por membros de gestões executivas, tonando-se autoconsultivos.

O prazo é hoje. Os governantes têm que chamar o povo diuturnamente. Entre o povo, influenciando o povo está também a mídia em todas as suas vertentes que em apenas um ‘flash’ pode edificar ou destruir vidas. Lendo o anexo da revista *Análise da Administração Estadual do Espírito Santo* páginas de 61 a 81, percebe-se a atuação da mídia por trás ou à frente das opiniões da elite.

Não existe tempo político nem administrativo suficiente para impedir vândalos de apedrejarem repartições públicas, traficantes de invadirem corações e mentes de nossas crianças, nem a selvageria das propostas que vitimizam o pobre em favorecimento do rico. Não há um prazo adequado para impedir a sede de poder da oposição e impedir o crescimento do projeto petista já um sucesso. O planejamento dos que detiverem o poder deve buscar soluções imediatas e de médio e longo prazo: imediatamente, lutar pelas eleições, e reeleições necessárias com a respectiva rotatividade; a médio prazo, avaliar em conferências em todos os níveis e instâncias do partido; a mais longo prazo fazer o caminho de retorno às bases com informação e formação permanentes e continuadas. Formação cidadã, com desapego a funções ou cargos temporários.

O Brasil, mesmo atravessando um momento em que a crise no mundo repercute aqui, tem que provar maturidade democrática para entender que as eleições de 2014 serão o grande marco divisor entre o Brasil que foi e o que poderá ser se os políticos nacionais, incluindo o Estado do Espírito Santo derem continuidade aos programas e políticas públicas que estão sendo implantadas em todo o país.

Os recursos para que este grande pacto social se torne realidade parecem subjetivos mas não o são, e como é um ano de pleito eleitoral iminente, é

regulamentado por lei eleitoral. O PT porém, no ES busca sua força financeira entre os próprios militantes e de acordo com a legislação vigente. Os movimentos sociais geralmente se auto-financiam ou buscam suprir suas necessidades através de pequenos eventos. Poucas são as organizações sociais que elaboram projetos ou que são beneficiadas por tais, especialmente na área estudada. E se alguém o faz, o povo do estado e da região estudada não demonstrou saber, pois ficam restritos a pequenos grupos.

A gestão de políticas públicas no estado é direcionada para projetos sociais e de melhorias para o setor de emprego e renda, porém torna-se necessário um diálogo menos técnico e, também, mais qualitativo em termos de melhorias e reformas implementadas.

## 9 – OS ATORES DE ONTEM E DE HOJE

De um lado os movimentos sociais, participantes, ou não tanto, e do outro o Modo Petista de Governar. Como exposto tem-se no momento o vice-governador Givaldo Vieira, 4 deputados estaduais, 1 senadora, 1 deputada federal e alguns vereadores no estado e 6 prefeitos e 9 vice-prefeitos.

Este ora crescente, ora descendente, isto é, essa realidade oscilante do PT tem uma avaliação que deve ser buscada no seio dos movimentos sociais cuja participação militante torna-os o principal ator no palco da maneira de governar de um partido que tem projetos no Estado, que tem a governança a nível nacional e que perdeu ao longo de sua linda história grandes oportunidades de crescimento. Por outro lado, os mesmos movimentos sociais afastam-se gradativamente ou se aproximam, de acordo com suas necessidades pragmáticas, mas a confiança depositada nos idos de 1986, 1994, perdeu sua ufania e materializou-se em antigas siglas e novas pessoas.

Para um “pacto” que funcione técnica e politicamente é necessário um diálogo que envolva o Norte e o Sul do Estado e, pela distribuição mostrada no mapa a seguir, esse diálogo pode, deve e está sendo feito o que resulta na grande possibilidade de expor o nosso modo democrático, participativo e alegre de governar. Há desculpas públicas a serem pedidas e há muitos movimentos em descenso que precisam ser revigorados e há prefeitos, vice-prefeitos e vereadores que precisam ser melhor acompanhados e capacitados para que a região esqueça as maneiras coronelistas e colonialistas de governar.

Há a mídia que precisa ser pautada em agendas positivas do PT, dos partidos progressistas e dos movimentos sociais esquecidos ou somente lembrados quando vão aos gritos e depredações pelas ruas.

O PT estadual está retornando vagarosamente ao campo político majoritário após ter incomodado a militância nas eleições de 2010 por não lançar candidato próprio e continuar como ponto de tensão algo dito ou “mal dito” por partes importantes para o Partido. O grande motivo desde 1992 foi uma frase ouvida aqui ou ali, ou uma permanente tensão interna durante um pleito. Tais conflitos tornam-se maiores que a vontade militante. São as vaidades pessoais substituindo as propostas.

A história se repete e não cabe a este Trabalho analisar os valores e contra valores do momento. O Projeto do Partido, capitaneado agora pelo ex-prefeito João

Carlos Cóser é simples e consistente após um largo hiato em que as forças petistas ficaram à margem de algumas decisões importantes para consolidar apoio do e ao Executivo Nacional. Um apoio que não se transformou em votos haja vista que a presidenta Dilma não teve os votos que se esperava no Estado. Isto posto deve-se lembrar que, contrário a tudo o que o presidente FHC tenha feito ou não, impedindo o crescimento do Estado por estar sob um governo petista, o governo LULA teve em um de seus primeiros atos ao se tornar presidente, o apoio ao Estado que continuava em má situação financeira. A recíproca em votos ao PT não aconteceu devido a omissões de palanques. Omissões que devem ser avaliadas antes de qualquer nova aliança. Sim, pois mesmo com a simplicidade e possível eficácia das ações projetadas, na memória do povo capixaba está nítida a disputa de vaidades internas.

Mais uma vez o PT se mostra um partido-opção verdadeira, republicana e democrática já que a Presidenta DILMA continuou e expandiu o apoio e políticas e agenda positiva para o estado.

A diferença de atitude dos governantes demonstra que mesmo não tendo como suprir a folha de pagamento do funcionalismo, o primeiro governo atuou com o Modo Petista de Governar com o povo, dialogando com as prefeituras e a assembleia legislativa. Trouxe para o estado um desenvolvimento à altura da esperança do povo capixaba como pode ser confirmado pela declaração do governador Vitor Buaiz no relatório onde apresenta:

“Nunca, em toda a história do ES, um governo fez tanto pela educação, com investimentos de mais de 200 milhões, que superaram de longe a exigência constitucional de alocar nesse setor 25% do Orçamento Estadual. Fomos mais longe: reformamos e pavimentamos mais de 600 quilômetros de estradas, investimos mais de 20 milhões em saneamento e hoje somos considerados no país um Estado modelo na municipalização da saúde...”<sup>38</sup>

Estas e outras obras mostram o equilíbrio administrativo que não foi suficiente como vem a declarar o atual presidente do partido João Carlos Cóser na revista Capixaba nº 58 de dezembro de 2013: *“O que atrapalhou Vitor Buaiz foi que acreditou muito no FHC por que achava que ajudaria o Espírito Santo. Ele passou muito aperto e não teve o apoio do Governo Federal.”* Não é repetição, é a voz que avalia hoje o imediatismo de ontem.

<sup>38</sup> Revista Instituto Jones. Ano 10 nº 1 -1997. Potencialidades do Espírito Santo. Entrevista ao Governador Vitor Buaiz. (Encarte final).

O projeto a que este trabalho chama “um grande pacto social da militância petista”, envolve os atores que já estão no “palco político” capixaba, especialmente os envolvidos nos movimentos sócio-políticos:

- Encontros regionais de formação em cidades pólo ao norte, sul e centro do Estado – já efetuados;
- Análise de conjuntura por ‘experts’ estudiosos da vida política capixaba, já efetuado e em continuação;
- Comissões de trabalho em todos os níveis e compartimentações políticas para elaboração do projeto de governo com representação de todas as regiões, em andamento;
- Encontros específicos dos setoriais, em andamento, sem muito vigor;
- Encontros de formação e estudo para Mulheres Petistas promovidos pela ENFPT, em andamento;
- Encontros de vereadores, em andamento, com pouca participação quantitativa;
- Reorganização dos diretórios que tiveram problema no PED, em número de 16 visivelmente atingidos e outros que continuam com problemas;
- Continuidade, efetividade e ampliação da participação nas lutas populares com o Modo Petista de fazer e não “correndo atrás” de conclamações indevidas;
- Escolha de candidatos e candidatas para concorrer ao pleito deste ano, já tendo sido indicado o presidente João Carlos Cóser como candidato ao Senado;
- Formação continuada e atualizada local e regional em todos os níveis, especialmente para os municípios que tiveram dificuldade nos pleitos anteriores e no PED;

A militância não “alinhada”, cansada de uma luta de enfrentamento constante às forças tradicionais, busca renovar suas forças na organização popular que também sofre um declínio nos ambientes onde os gestores centralizam autoritariamente as ações utilizando, inclusive, projetos do governo federal para se autopromover.

Os interesses serão afetados positivamente se for possível demonstrar a viabilidade dos passos a serem dados e que não podem ser listados pois serão construídos ao longo do percurso, posto que se almeja um real retorno do partido à gestão estadual para que as políticas públicas pensadas, iniciadas, no primeiro

governo petista no ES retornem melhoradas, ampliadas e implementadas definitivamente como políticas públicas e não apenas políticas passageiras de governo. Falta capacitação para o entendimento popular de uma Gestão Pública Democrática e Participativa.

Com relação aos atores, isto é, os movimentos sociais e gestão pública petista, o sucesso conseguido num ambiente tradicionalista e inóspito politicamente, é relativo, é pequeno, oscilante e, sem o merecido retorno além de pouco valorizado, o que leva a incorrer em falhas de relacionamento político ao que popularmente se chama “dormir com o inimigo”. Aquelas uniões pragmáticas, só durante eleições são oportunistas e inconsistentes.

Para eliminar essa situação a militância inserida em todos os níveis de participação popular tenta levar a todos os municípios, especialmente em áreas periféricas da Grande Vitória, e aqui se inclui a área estudada, capacitação e formação política e técnica para a compreensão desse ousado projeto de transformação. O que se necessita é atingir mais e melhor o interior do Estado. Além das periferias de cidades maiores.

## 10 – OS RISCOS DO PODER

As novas tecnologias permitem apontar hoje riscos que não eram percebidos antes. Em 1982, com o projeto baseado nos princípios partidários o grande risco pode ser citado como o fato de uma boa parte dos filiados ao partido serem de movimentos populares reivindicatórios, outra parte, de ex-presos políticos e uma terceira, da classe média que envolvia intelectuais, artistas, profissionais autônomos já que a grande massa trabalhadora, público alvo deste trabalho, era desempregada, subempregada, reserva de mercado de trabalho escravo, ou simplesmente destituída de documentação e, “passante”. Quer dizer, dava-se uma “paradinha” no Estado para seguir para São Paulo. Esses três segmentos passaram a se juntar sem se conhecer. Os primeiros eram reivindicadores e, por isso, perigosos para o poder da época; os segundos estavam presos e muitos os temiam, afinal, prisão para um povo “certinho” é algo a se temer, a classe média não se misturava, e os “passantes”... passavam. O Espírito Santo era, realmente “terra de passagem”.

Em 1986 o grande movimento de formação e preparação para a Constituinte, o efeito multiplicador das bandeiras de lutas populares, sindicais e, não se pode esquecer, das CEB's já havia se introjetado no seio das lutas sociais, chegando às escolas através de professores progressistas, que não eram muitos, pois, o medo da ditadura ainda persistia. O povo ainda não sabia atuar em liberdade. A CF uniu a todos em torno de projetos comuns, ali aprendeu-se a debater, a escutar, a votar e a ceder. E ceder é sempre um risco, assim como vencer sem convencer.

O movimento de convencimento do PT que inicialmente foi o grande construtor do projeto que hoje é vitorioso no país, decaiu no Estado com o avanço acelerado da tecnologia que deu à mídia um poder que não inclui a todos, e transformou a corrida pelo poder em alianças nem sempre salutares ao partido.

Os riscos continuam sendo os mesmos, haja vista que, assim como cresceram em consciência e luta os movimentos sociais, também cresceram, mais aceleradamente até, as idéias neoliberais.

Como riscos para serem pontuados pode-se citar: as leis obsoletas que o legislativo teme transformar; os altos impostos e taxas; a concorrência desleal da inconsciência da elite que coloca sempre em cheque o público e o privado e, para o estado do ES em particular e para o povo, especialmente o da área estudada, os desafios e grandes riscos na área de educação, saúde e segurança.



Acresce-se a todos esses riscos, os de “insustentabilidade” como o desmatamento de 89,64% da cobertura estadual da Mata Atlântica com 753 espécies da flora e 137 espécies da fauna em extinção, a transmissão endêmica da esquistossomose em 47 dos 78 municípios; 102 lixões; áreas suscetíveis de desertificação; exclusão digital já que apenas 37% dos domicílios possuem internet; planos cujo montante financeiro já foi gasto como no caso do Plano de Mobilidade Metropolitana que prevê 10 túneis, 3 viadutos e duas pontes; a concentração de poluentes no ar; déficit estadual de leitos inclusive para hanseníase e, o grande problema de evasão escolar com 19% dos jovens de 15 a 17 anos que não frequentam escola.<sup>39</sup> (Anexo 6)

Conforme a proposta “empírica” descrita anteriormente o tempo para planejá-la e, implementá-la está acontecendo, haja vista o período pré-eleitoral, quando o Partido dos Trabalhadores deve rever toda sua caminhada no estado, estabelecer paradigmas e limites, e voltar a todas as bases partidárias para conclamar a população – militantes e simpatizantes - a um “pacto social” de tamanha envergadura que desmanche as inconsistências que são colocadas e imputadas ao partido. Deve-se atentar para a exiguidade do tempo futuro, pois, no tempo passado, o PT, apesar de conseguir eleger companheiros e companheiras, não conseguiu votos suficientes para a Presidência da República, computando a isso, uma grande tendência ao machismo, tradicionalismo, e ao neoliberalismo, além das alianças que a militância de base não aprovou. Chamo aqui de militância de base aqueles que não se inscrevem em correntes internas e que atuam constante e lealmente apenas pelo projeto político.

À pergunta se existem problemas de meio ambiente ou social deve-se acrescentar que sim, especialmente neste ano de 2014, quando as enchentes de dezembro/janeiro atingiram mais 50 dos 78 municípios.

O quadro apresentado durante todo o Trabalho mostra claramente os riscos, os desafios, o enfrentamento, e, o medo que a população, inclusive os movimentos sociais organizados, têm de ataques desgastantes, o que já está acontecendo, dividindo comunidades, difamando lideranças, derrubando honras em manchetes jornalísticas escandalosas numa política de escândalos para desconstruir a democracia conquistada até agora em pequenos focos.

---

<sup>39</sup> Dados retirados da revista “Espírito Santo os desafios do desenvolvimento” no artigo do Professor Roberto Simões Garcia.

## 11 – CONCLUSÃO: A LUTA CONTINUA

Voltemos aqui ao título do trabalho: “Participação Popular e o Modo Petista de Governar”, retornemos também à grande questão que perpassa todo o trabalho, que é: *“Como os gestores petistas têm conduzido a relação do Estado com as Organizações Sociais?”* E qual a avaliação dos movimentos sociais no estado com relação ao PT?

Para fazer um balanço do projeto a ser pactuado, a responsabilidade, para alcançar os resultados esperados, que são: conseguir eleger o máximo possível de parlamentares a nível estadual e federal das forças progressistas para num futuro bem próximo o partido poder retornar ao poder executivo, tem que haver, imediatamente, uma convocação para encontros de formação do grande trabalho que foi, que está e que será feito. Forças retrógradas e antagônicas, porém, se inserem nos movimentos sociais em descenso e também nos partidos, e conseguem manipular corações e mentes não apenas através da mídia, que, explicitamente, prega a derrubada do modo petista de governar, mas também, através de favorecimentos pontuais.

Capacidade, tanto os movimentos sociais capixabas, especialmente os da Grande Vitória, já provaram que têm. No campo, apesar das dificuldades, mostraram-se mais organizados.

Merece destaque os 8 anos de gestão petista em Cariacica com Helder Salomão onde permanecem 4 vereadores petistas e um movimento social muito forte, é oportuno também colocar como positiva a ação parlamentar de vereadores, deputados e senadora, e dos secretários, que atuaram durante a gestão do governo do PSB onde temos a vice-governadoria, entretanto não é o objetivo deste fazê-lo, mas é muito importante que este Trabalho de Conclusão de Curso mostre com clareza que os Movimentos Sociais e o PT têm uma ligação que, fora de dúvida, se interdependem e do qual o partido não deve se afastar, incluindo aqui o movimento sindical cuja força maior está na base e não na direção.

Este trabalho resultou numa análise positiva do sucesso que foi a administração Cóser e sua influência hoje a nível nacional tendo sido presidente da Frente Nacional de Prefeitos. Se numa das eleições anteriores o PT conseguiu sem nenhuma condição econômica eleger 1 governador e 3 deputados estaduais, se hoje o PT tem entre seus eleitos, 4 deputados estaduais oriundos dos movimentos sociais, 1 deputada federal que foi ministra da Secretaria Especial de Políticas

Públicas para as Mulheres, 1 senadora, assistente social da mais alta qualidade, que foi vereadora em Vila Velha, assessora do prefeito João Carlos Coser, suplente de senado do atual Governador do estado e vinda das bases das comunidades eclesiais, sim, se o Partido dos Trabalhadores, souber chamar a militância, o PT será vitorioso e novamente, os movimentos sociais serão os principais atores do progresso do nosso estado.

Já está sendo acionado o plano B, haja vista que o plano A, consistia em 2010, em lançar candidato próprio ao governo. Tendo sido frustrada esta possibilidade, hoje, parece certo que o PT lançará candidato ao senado, pois o quadro para o executivo está confuso e inóspito após o lançamento da candidatura de Roberto Campos e Marina Silva e as constantes inserções midiáticas de senadores contrários e outros.

As ações que podem ser elencadas para o sucesso são: mobilização popular pacífica constante, formação continuada e permanente com formação de multiplicadores em rede, de acordo com a realidade, a linguagem, respeitando os costumes de cada povo, visto que, embora a área estudada concentre ex-migrantes de todas as partes do país e do estado, o estado do Espírito Santo nitidamente mostra suas diferenças étnicas, religiosas, culturais e inclusive ecológicas e habitacionais entre o Norte e o Sul do estado, entre montanha e mar.

Sem sombra de dúvidas, os ganhos esperados, superam qualquer custo econômico ou físico que a militância progressista, os movimentos sociais conscientes, possam pensar. É necessidade capixaba dos que sonham com Justiça Social ter novamente no poder o Modo Petista de Governar, buscando sim, a hegemonia com propostas definidas, claras, sem dúvidas eleitoreiras com relação às alianças, completando a sonhada democracia, construindo o “Estado Necessário”.

## 12 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sergio H. Política Social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: SANTOS, W.G.; COIMBRA, M. Política Social e a questão da pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- ABRANCHES, Sérgio. Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ABREU, M. de (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ALBUQUERQUE, Rodrigo David. Le système brésilien de protection sociale: état des lieux et perspectives d'évolution. 2007. 139 f. Mémoire de fin d'études (Politique et Administration-Option Carrières Européennes) – Institut d'Études Politiques de Lyon, Lyon, 2007.
- ANDREATTA, G. Na Lama Prometida a Redenção. Vitória-ES, Editora O Recado, 1987. 190p. Impresso.
- ANDREATTA, G. 31 Anos Depois. Vitória-ES, Editora Criativa, 2008.
- ANDREATTA, G. A Revolução da Estrela. Guarapari-ES, Editora Criativa, 2010. 406p. Impresso.
- BARROS, R. P. e MENDONÇA, R. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Texto para Discussão nº 377. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1995.
- BARROS, R.P., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Texto para Discussão nº 800. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2001.
- BARROS, R.P.; MACHADO, A. F.; e MENDONÇA, R.S.P. A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero. Texto para Discussão nº 453. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1997.
- BISILLIAT, J. Lá onde os rios refluem, Diadema: 20 anos de democracia e poder local. São Paulo-SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- BRANT, R. Desenvolvimento social, previdência e pobreza no Brasil: breve panorama. Texto para Discussão nº 898. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2002.
- BRASIL. Lei nº 9349, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: diretrizes gerais da política urbana. Brasília-DF, Editora Câmara dos Deputados, 2ª ed. 273p. 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. BRANT, R. Desenvolvimento social, previdência e pobreza no Brasil: breve panorama. Texto para Discussão nº 898. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2002.
- CASTILHO, Ricardo. Justiça social e distributiva: desafios para concretizar os direitos sociais. São Paulo : Saraiva, 2009.
- CASTILHO, A.L. Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo-SP, Editora Contexto, 2012.
- CESCON, E.; NODARI, P.C. Filosofia, ética e educação: por uma cultura da paz. (orgs.) São Paulo-SP, Editora Paulinas, 2011.
- CHAUÍ, M. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo-SP, Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, G.; DAGNINO, R. *Gestão Estratégica em Políticas Públicas* (orgs.) São Paulo – SP, Alínea Editora, 2013.

CRAVO, T.B. *Gestão da educação em Vitória - Caminhos estratégicos e construções*. Gráfica Santo Antônio, 2012 – Vitória-ES

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas, in: *Prioridades e perspectivas de políticas públicas para a década de 90*, Brasília: IPEA/IPLAN v° 4, 1990.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais na década de 90. In: BAUMANN, Renato (Org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Cepal/Campus, 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. In: ANPOCS. *Ciências Sociais Hoje*, 1989. São Paulo: Vértice e ANPOCS, 1989, p. 13-61.

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. *Políticas Para o desenvolvimento Local*. (orgs.) São Paulo-SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v. 1. Porto Alegre: Globo, 1979.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983, pág. 43.

GENRO, T. et al. *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. (orgs.) São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

GONZAGA, G.; MACHADO, D. Rendimentos e preços. In: *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

HARDMAN, F.F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*. Nota Técnica. Brasília: IPEA, 2006.

LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

LIBANIO, J.B. *Introdução à vida intelectual*. São Paulo-SP, Edições Loyola, 2001.

MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (org.). *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1999. 247p.

MARSHALL, Thomas H. *Política Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. v. II. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MEDEIROS, Marcelo. *A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. IPEA. Texto para Discussão nº 852. Brasília : IPEA, 2001.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MENDONÇA, E.L. de e OLIVEIRA, J.S. de. *Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos*. Observatório da Cidadania. 2001. Disponível em:

[www.ibase.br/p%C3%A1ginas/jane.pdf](http://www.ibase.br/p%C3%A1ginas/jane.pdf) ou [www.ibase.br/p%C3%A1ginas/relat%C3%B3rio\\_2001.html](http://www.ibase.br/p%C3%A1ginas/relat%C3%B3rio_2001.html). Acesso em: 12.02.2009.

MERCADANTE, A. O Governo Lula e a Construção de um Brasil mais Justo. *Brasil em Debate*, v. 4, São Paulo-SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.

MOURA, E.B.B. Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

NETTO, José Paulo. "Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64". 11ª Edição – São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. "Economia política: uma introdução crítica". 2ª Edição – São Paulo: Cortez, 2007;

\_\_\_\_\_; "Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão". In: *Serviço Social e Sociedade*. N. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

OFFE, Claus. Advanced capitalism and the Welfare State. In: *Politics and Society*, v. 4, p. 479-488, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos Cebrap*, n. 22, p. 8-28, out/1988.

PEREIRA, Larissa Dahmer. "Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional". 1ª Edição – São Paulo: Xamã, 2008.

PERIM C. A. F. e LOUREIRO. J. C. N. Introdução ao Planejamento Municipal - Para o desenvolvimento democrático e sustentável. GM Gráfica e Editora. Vitória 2006.

POCHMANN Márcio. Reconquistando a cidade. – O conhecimento como estratégia das mudanças. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo 2012.

RIBEIRO, M. As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas. (orgs.) São Paulo-SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

ROUSSEAU J.J. O Contrato Social ou Princípios do Direito Político. Coleção Grandes Obras do pensamento Universal. Editora Escala. SP. Tradução e organização de Ciro Mioranza.

SADER, E. Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. (orgs.) Rio de Janeiro-RJ. Editorial Boi Tempo/Flacso Brasil, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e Desenvolvimento. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

SILVA e SILVA, Mª Ozanira da, YAZBEK, Mª Carmelita e DI GIOVANNI, Geraldo. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos Programas de Transferência de Renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMMEL, G.; PARK, R.E.; WEBER, M.; WIRTH, L.; CHOMBART DE LAUWE, P.H. O Fenômeno Urbano: Textos Básicos de Ciências Sociais (autores). Rio de Janeiro-RJ, Editores Zahar, 1967.

SINGER, Paul. Repartição de renda: pobres e ricos sob o regime militar. 2. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1986.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VALLADARES, Lícia do Prado. Cem anos repensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. (Org.). Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. p.81-112.

VARGAS, T.C.V. Inclusão Social e Produtiva – Relatório de Gestão 2009. Vitória: Editora da Secret. Trabalho, Assist. e Desenvol. Social, 2010. 53p.

VILASCHI, Arlindo. Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento. Vitória, ES, (Org.) Flor&Cultura Editores. 2011.

WERNECK VIANNA, Maria Lúcia. A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ESTATUTO DA CIDADE – Guia para implementação para os municípios e cidadãos. 2ª edição. Instituto Polis. Brasília -2002;

### 12.1 - Documentos e revistas

- Documento REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento. Maio 2005;
- Revista ESPÍRITO SANTO: Os desafios do desenvolvimento . Uma contribuição ao debate. Brasil, verão 2013. Impresso na SEEP. Gabinete da senadora Ana Rita.
- Revista Capixaba 2013- Negócios de Comunicação. P. 5ª 11. João Cóser: O PT será o fiel da balança em 2014;
- RELATÓRIO DO GOVERNO VITOR BUAIZ: mais de 1300 obras; Muito mais desenvolvimento. Governo Cidadão. Secretaria de Transportes e Obras Públicas.
- Revista Análise da Administração Estadual do espírito Santo – Período 1995-1998. Dezembro de 1998. Governo do Estado do Espírito Santo. Realização CEPP: Centro de Estudos e Políticas Públicas.
- Revista Instituto Jones. Ano 10 nº 1 -1997. Potencialidades do Espírito Santo. Entrevista ao Governador Vitor Buaiz. (Encarte final)
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Prefeito (1979-1981: von Schilgen) 1981, Op. Cit., Ver também, A GAZETA. **Promorar de São Pedro só termina em 2 anos.** Vitória: 28 nov. 1980. s.p., A TRIBUNA. **Bairros discutem se devem ou não aceitar Promorar.** Vitória, 30 jan. 1981. p. 9, e A TRIBUNA. **Promorar está em fase final no São Pedro.** Vitória, 07 jan. 1981. p. 9. A GAZETA. **Vereador nega grilagem de terras em São Pedro.** Vitória: 10 jan. 1981. p. 6.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Relatório SEMAS- Secretaria Municipal de Ação Social, NDFC- Núcleo de Desenvolvimento Familiar e Comunitário.** Vitória: [s.n.], 1992. [s.p.]. Para um panorama dos aterros promovidos na Ilha de Vitória e as questões ambientais destes advindas ver: ZECCHINELLI, I. S., **Projeto São Pedro – Desenvolvimento urbano integrado e preservação do**

***manguezal – Vitória (ES) - uma experiência municipal a caminho do desenvolvimento sustentável.*** 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000

## **12.2 - Sites**

[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT14/michela\\_pegoretti.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT14/michela_pegoretti.pdf)  
Watch on You Tube.com. ( Filme Lugar de Toda pobreza – Amylton de Almeida)<sup>40</sup>

## **12.3 – Leis pesquisadas**

Constituição Federal – CF, art. 30 – VII – 211.

LDB – 9394/96.

Lei de Terras de 1850.

Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

BNH – Banco Nacional de Habitação. Lei 4 389 de 21 de agosto de 1964.

Decreto Imperial nº 4 105 de 22 de fevereiro e 1868.

Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Projeto 5 788/90.

Projeto “Pé na Estrada” sob o decreto 40/55-N de 22/11/1996.

Lei 10.257, de 10 de julho em 2001.

Medida /Provisória 2 220/01.

---

<sup>40</sup> Posteriormente foram feitos vários vídeos como, por exemplo: São Pedro, 20 anos depois. Vídeos sobre ecologia e recuperação de manguezais; ocupação urbana e reforma urbana.



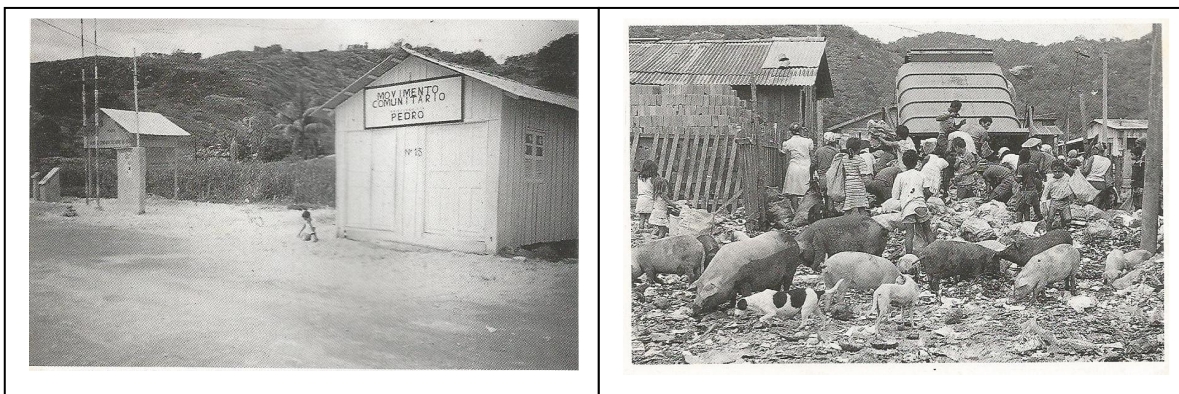
**ANEXO 1: Quadro com fotos escolhidas entre as 180 fotos de Gert Banck, antropólogo holandês que estuda a região e mostra as diferenças entre 1977 e a atualidade; Gorki Pomar Andreatta e Silva, Graça Andreatta e Padre Giovanni Bartesaghi.**



1984. Na passarela de São Pedro II (ou III?). O funcionário da ESELSA entrega as contas. Observe a boa condição da passarela e a presença de água encanada.

1984. O lixão e o mangue.

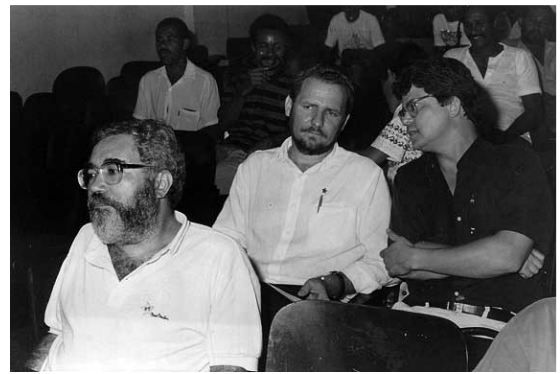
**Fotografia à esquerda:** As passarelas (pinguelas) eram bem feitas e a elas eram amarrados os canos de água (Foto de Gert Bank). **Fotografia à direita:** o aterro era feito com lixo e espalhado por tratores. (Foto de Gert Bank).



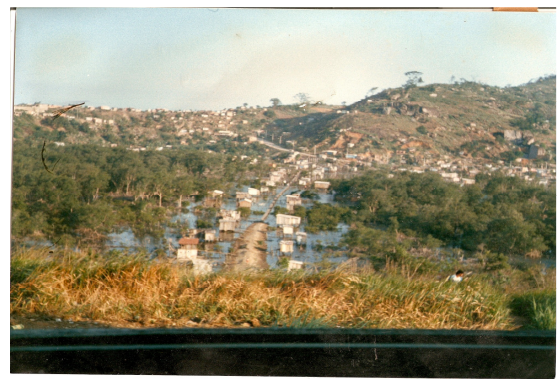
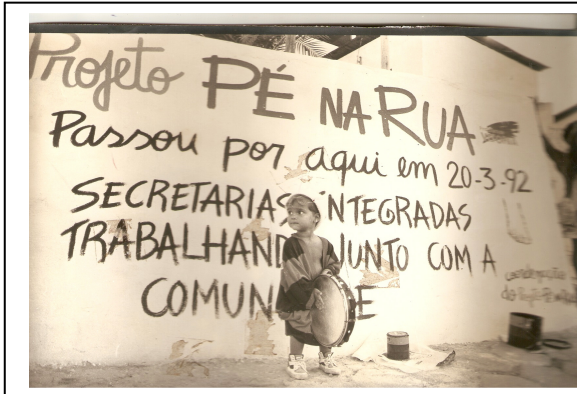
**Fotografia à esquerda:** Primeira escola (1977/78). Voltou a ser escola em 1983 (Foto de Graça Andreatta). **Fotografia à direita:** Em 1982 – Mais de 500 famílias viviam da coleta de lixo (Foto retirada da obra Città Sulla Palude – Tradução de Padre Giovanni Bartesaghi da obra Na Lama Prometida a Redenção (Graça Andreatta)).



**Fotografia à esquerda:** Em todas as decisões havia planejamento, discussão, votação e avaliação. Foto: acervo de Graça Andreatta. **Fotografia à direita:** Comemoração dos 27 anos da MUSP- Mulheres Unidas de São Pedro. As presidentas em 2013. Foto de Gorki Pomar Andreatta e Silva.



**Fotografia à esquerda:** A visita do papa João Paulo II em 19 de outubro de 1991 renovou o ânimo popular (Foto de Gorki Pomar Andreatta e Silva). **Fotografia à direita:** Perly, João Coser e Otaviano Carvalho (este já falecido). Acervo do PTES.



**Fotografia à esquerda:** Projeto Pé na Rua PMV 1992. (foto de Graça Andreatta) **Fotografia à direita:** Hoje Comunidade Nossa Senhora das Graças. Antes mais de 900 metros de passarelas (1983 – foto de Graça Andreatta).



**Fotografia à esquerda:** Lula Ruy e Perly ( 1981 – Foto de Graça Andreatta). **Fotografia à direita:** São Pedro hoje (acervo do Museu de São Pedro).

## **ANEXO 2: Parte da Entrevista a Vitor Buaiz na obra A Revolução da Estrela de Graça Andreatta:**

**Graça (G)** – Vitor, pode me resumir a sua pessoa numa breve biografia?

**Vitor (V)** - Era janeiro de 1974. Morava eu na Rua Uruguai, próximo à Arquidiocese de Vitória, recém saído da prisão depois de 46 dias no quartel do Exército em Vila Velha, quando tive a grata surpresa de receber a visita de Dom João Batista da Mota e Albuquerque e Dom Luis Fernandes (arcebispo e bispo auxiliar da Arquidiocese de Vitória) além do padre francês André Lepoutre , que foram me prestar solidariedade e convidar para um engajamento na pastoral da saúde. Na época, já viviam em Vitória, além do Padre André, o padre Jean Fugeray e os Irmãos de Taizé, Michel Bergman, Tiago e Bruno que,



localizados em uma pequena comunidade instalada no bairro Santo Antonio, coordenavam o Concílio de Jovens da América Latina.

A chegada de frei Betto (Carlos Alberto Libanio Christo) veio fortalecer os seguidores da Teologia da Libertação que, baseados nos Encontros de Puebla e Medellín, geraram o embrião do que viriam a ser as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi um momento muito rico de construção do projeto de Libertação dos povos oprimidos da América Latina, que contou com o engajamento entusiástico de religiosos e leigos de todas as paróquias do Espírito Santo.

Estive preso entre 8 de dezembro de 1973 e 24 de janeiro de 1974. Nunca pensei ser candidato a nada, as coisas foram acontecendo naturalmente pois representava eu uma geração de jovens idealistas que sonharam construir a utopia: sindicato dos médicos (1979), militância para formação da CUT e num desses encontros de sindicalistas em João Monlevade (1979), o sopro inicial de uma ideia, lançada por um metalúrgico, Luis Inácio LULA da Silva, que se projetava com as greves no ABC paulista, desafiando a ditadura militar, mostrando a necessidade da criação de um partido político que pudesse representar a classe trabalhadora brasileira. Fecundou-se naquele momento histórico, o nascimento do PT e eu tive o privilégio de ser testemunha ocular dessa história, o que provocou uma guinada radical nos rumos da política brasileira.

**G-** Há um momento, pesquisando nas atas do PT, que é você que conduz o processo de discussão, ora porque é o militante “mais idoso” na reunião, ora porque é o presidente, constituinte, prefeito, governador. Nesse processo da Constituinte, a resposta do PT foi à altura das expectativas?

**V-** Sim, acho que foi suficiente para tirarmos propostas para aquele momento. Houve uma grande mobilização nacional, grandes discussões, viajávamos para o interior e debatíamos amplamente questões do campo e da cidade.

[...]

**G-** O Brasil precisava de tudo, tinham desmoronado, destruído jogado por terra nossas leis, nossa dignidade. Estávamos a zero.

**V-** Sim, não tínhamos mais nada, tínhamos que reconstruir nossa dignidade.

**G-** Você já era o “bom menino” de Vitória, o bom garoto. Não vai aqui nenhuma crítica, pelo contrário, tenho prazer em dizer isso. Foi candidato muitas vezes. Pode falar sobre isso?

**V-** Nunca passou pela minha cabeça ser candidato a nada

**G-** Acredito, pois também passei por isso.

**V-** Foi assim desde o sindicato. – “Você vai ser nosso presidente”; eu recusava, indicava outros e acabava presidente. E foi a presidência do sindicato dos médicos que me projetou politicamente. Na época tínhamos o governo conservador “biônico” de Eurico Rezende e uma demanda muito grande em relação à saúde, coincidindo com as enchentes em Colatina quando participei da comissão de ajuda aos flagelados, a chamado de Dom João em 1979. Dali em diante foi que comecei a participar de discussões sobre o PT. Antes, porém, eu, Rogério Medeiros e Antônio Ângelo Moschen fomos eleitos para representar o ES na Comissão Nacional Pró-CUT. Esse momento foi muito desgastante pois o pessoal do “Partidão e do MR8” sempre queria se bandear para o lado do Governo da época e nós , queríamos uma central independente, democrática.

**G-** Acho que aí está o cerne da questão, Vitor. Não é justo que um partido, ou sindicato, ou qualquer organização seja simplesmente oposição, mas que seja independente também para ser oposição. Peca-se demais por ser apenas oposição, por achar que temos que “limpar” tudo e apagar as marcas de nossos antecessores. O que é certo deve permanecer, o governo é do povo e não de pessoas.

**V-** Exatamente, é certo. Quando assumimos o governo, o PT já era uma colcha de retalhos não havendo como conciliar interesses antagônicos, ou seja, assume-se o

governo e já imediatamente começa-se a fazer oposição ao próprio governo e se quer implementar projeto político de construção do socialismo, por decreto.

**G-** Por decreto. Muitos queriam que Lula implantasse o socialismo como seu primeiro ato de governo. Se ousasse algo mesmo mais tímido, teria sido um banho de sangue no País.

**V-** Isso. O melhor que aconteceu ao Lula foi não vencer as eleições disputadas com Collor de Mello. Teríamos acabado num buraco e Lula não teria concluído o mandato.

**G-** Imagine o tamanho da perda, por imprudência. Mas fale da primeira vez que se candidatou a prefeito: candidatou-se, perdeu, vamos rememorar um pouco:

**V-** Em 1982 fui candidato a deputado federal com a chapa Perly e Zezé Machado para o governo. Foi o início, para dar visibilidade ao PT. Construíamos algo novo na política brasileira. O voto era vinculado<sup>41</sup>. Na época um deputado me chamou para me candidatar pelo PMDB, legenda mais forte, “depois você volta pro PT”. Simples, não? Claro que a proposta foi rejeitada.

Em 1985 fui candidato a prefeito de Vitória para um mandato tampão de três anos. Foi quando a Maria Luiza Fontenelle ganhou em Fortaleza. Éramos quatro candidatos: Chrisógono Cruz (PDS) , Hermes Laranja (PMDB), Jairo Régis (PCB) e eu. Após a votação fui descansar e, na manhã do dia seguinte, liguei o rádio eu estava em terceiro lugar e , alguns minutos depois, passara na frente do Chrisógono, ex-prefeito biônico, em quem a mídia tinha investido pesado na preparação do último debate, ao qual não fomos. Tínhamos ido a todos, e ele, a nenhum. Não irmos àquele foi uma boa estratégia. Estávamos aprendendo.

**G-** Já o tinham virado pelo avesso, eu lembro.

**V-** Três anos não daria para nada, o primeiro seria para arrumar a casa, o segundo para tentar fazer algo em torno de uma só prioridade, e o terceiro, para preparar as próximas eleições. O segundo lugar na capital foi um acontecimento... “15 de novembro, é o povo escolhendo, Vitor Buaiz do PT, pra vencer...”(gingle da campanha)

**G-** Gorki, meu filho, estava cantarolando isso agorinha mesmo.(rsrs).

---

<sup>41</sup>O Código Eleitoral de 1965 (ditadura) instituiu e a Lei 7434 de 19/12/1985 eliminou esse tipo de voto em que o eleitor está condicionado a votar em candidatos de um mesmo partido às eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, sob pena de nulidade do voto para os dois cargos.

**V-** Em 1988 fui novamente candidato a prefeito. Éramos seis candidatos, incluindo Nilton Gomes, o radialista. Eu era deputado federal constituinte quando saí para uma nova candidatura a prefeito. Dessa vez deu certo!

**G-** Gostou de ser prefeito de Vitória?

**V-** Sim, muito. Foi composta uma boa equipe, entusiasmada. Foi uma época de muito trabalho, planejamento estratégico e execução do programa de governo elaborado durante a campanha eleitoral . Fomos pioneiros na implantação do Orçamento Participativo, que se espalhou pelo Brasil, no chamado modo petista de governar. Planejamos a cidade para o 3º Milênio; coleta seletiva, destinação final do lixo, sempre acompanhada de uma campanha permanente de educação ambiental, os cadernos nas escolas com papel reciclado; a urbanização de São Pedro, o maior projeto social, ambiental, educacional, de saúde pública e urbanização já realizado em todos os tempos. Foi uma época muito bonita.

**G-** O que me choca em São Pedro são aquelas ruelas de 3 e 4m que a prefeitura de Hermes Laranja deixou. Imperdoável aquelas famílias nunca terem oportunidade de ter a mesma qualidade de vida possibilitada às demais. [...]

A entrevista é maio e está à disposição na obra “A Revolução da estrela” desta autora.

### **ANEXO 3 – Entrevista com o Ex-prefeito de Vitória –ES, atual presidente do PT estadual, João Carlos Cóser (JCC)**

João Carlos Coser, nascido em Santa Tereza-ES, mudou-se para Vitória, jovem, em 1974 e se inseriu nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Foi comerciário e a partir daí sindicalista. Eleito presidente da CUT-ES, duas vezes deputado estadual, duas vezes deputado federal, perdeu duas eleições, uma delas com mais de 500 mil votos para senador e foi prefeito da Capital, Vitória, por dois mandatos, até 2012. João Coser (JCC) foi presidente do PT-ES e novamente eleito no PED 2013.



Durante seus mandatos de prefeito foi Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Aos 56 anos JCC, companheiro de lutas em muitas batalhas políticas e populares, foi membro da Articulação de Esquerda (AE) e hoje pertence à corrente interna Alternativa Socialista (AS) e fornece esta entrevista a mim, Graça Andreatta (GR) com a empolgação dos vitoriosos e a seriedade dos compromissados com a luta do povo.

**G-** João, já lhe passei o roteiro e pouco vou interferir na sua fala. Quando transcrever seu depoimento o enviarei para que analise e aponte possíveis mudanças. Entrevistarei também outros ex-prefeitos petistas e o ex governador Vitor Buaziz com o objetivo de recuperar para o Estado do Espírito Santo a memória da humanização promovida ao longo dos anos pelo MODO PETISTA DE GOVERNAR com o POVO. Esteja à vontade, companheiro.

**JCC-** Sinto-me bem ao estabelecer a diferença entre meu primeiro mandato e o segundo. No primeiro fizemos parceria com o PMDB e tivemos Sebastião Barbosa como vice-prefeito (Tiãozinho). Sucedíamos o PMDB no poder municipal e encontramos apenas dois projetos importantes dos quais destaco o Projeto Terra, muito bom. Pudemos aperfeiçoá-lo pois o prefeito anterior apenas o iniciara, nós fomos às casas, às famílias, com creches, casas, calçadas, equipamentos sociais. Estruturamos a vida cotidiana dos locais atingidos.

Dedicamos o primeiro ano a debates, plenárias, conhecer os desafios da cidade, eleger, delegados, e discutir o Orçamento Participativo (OP), o Plano Plurianual (PPA) para os próximos anos o que fizemos com um congresso dos Bairros após ter debatido e aprofundado não apenas a questão comunitária mas ter criado sete setoriais que vão desde a questão de gênero à questão de saúde, à educacional, cultural, enfim, para o povo foi o ano de participar ativamente e para a Prefeitura o ano de experiência de gestão participativa pois desde 1992 do século XX não detínhamos o poder na Capital.

**G-** Pode citar alguns números e ações positivas?

**JCC-** Muitas. Detectamos a falta de espaço na Capital, somos uma ilha. Fomos em busca de espaços variados e adequados ao que fora votado no OP para obras estruturantes e detectamos seu custo. Foram efetuadas 409 desapropriações. As empresas foram contratadas, exceto para o Parque do Tancredão que teve outro caminho mas tem legalização diferenciada.

- Em parceria com o Governo do Estado e o Governo Federal executamos 100% do tratamento de água e esgoto, colocando Vitória entre as capitais com melhor qualidade de vida;
- Vitória que alagava hoje não alaga mais pois executamos a macrodrenagem atingindo Jardim Camburi, Bairro República, a Av. Fernando Ferrari e os vários bairros que a contornam e Maruipe. Só não conseguimos o Bairro Grande Vitória mas deixamos agilizado para o atual prefeito o projeto para 50 milhões em obras nesse Bairro;
- Foram realizadas obras estruturantes na Av. Fernando Ferrari em Camburi;
- Com a economia crescente compramos a histórica Fábrica de Juta para cursos profissionalizantes e questões culturais;
- Investimos muito no Projeto Terra (Terra mais Igual)<sup>42</sup>, iniciado na administração anterior e que aproximou a Prefeitura da população; esse projeto envolvia o BNDS, A CEF e 30% de contrapartida da Prefeitura;
- Além da mão-de-obra qualificada para a Grande Vitória (GV) e a Região Metropolitana (RM), obras aparentemente menores como reboco nas mais de 2.500 casas, a reforma do antigo Hotel Estoril para o “Minha Casa Minha

---

<sup>42</sup> Ver o Relatório de Transmissão no site:

[http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20121213\\_relatoriosituacionalterra.pdf](http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20121213_relatoriosituacionalterra.pdf)



Vida”, todas as ligações sanitárias (esgoto e água) para os que não tinham; recursos para urbanização do Bairro Conquista na Grande São Pedro;

- Não podemos nos esquecer que ampliamos a rede municipal para mais 15 escolas que incorporamos, de acordo com a legislação federal e deixamos 6 em construção e hoje são 103 escolas.

**G-** Quando assumimos em 1990 tínhamos 23 escolas de Ensino Fundamental em péssimas condições. Quando saí do Departamento de Ensino no final de 1991, tínhamos 09 escolas novas já licitadas:

**JCC-** Sim, a legislação que veio complementar a Constituição Federal de 1988 nos dá oportunidade de termos o Infantil integral, o Fundamental e deixamos área para construir escola em Jaburu, Camburi, reconstruímos a Escola Alvimar Silva. Vitor começou e nós continuamos. Tínhamos 13 mil adolescentes em situação de risco, não conseguimos atingir todos, mas chegamos a atingir aproximadamente 7 mil e 500.

Não podemos nos esquecer do projeto na área de esportes, a reforma do Tancredão com ginásio, 3 quadras poliesportivas, piscina, 6 academias populares, 30 academias para idosos e o DED que estava abandonado foi totalmente recuperado.

**G-** E na área da Saúde, João Cóser?

**JCC-** Este foi um grande avanço. O mais importante foi o Centro de Especialidades Médicas com capacidade para 150 mil consultas. Acabamos com as filas, ampliamos o atendimento para 24 horas e hoje atende adictos com 10 leitos e acolhe a qualquer hora. O serviço odontológico atende com todas as especialidades. Toda a rede escolar tem computadores e laboratório e inauguramos a oitava cidadã, quando o aluno começa a sair da rede municipal para outros ambientes escolares ou não e o preparamos integralmente para tal.

**GR-** Como você vê seu trabalho na área de Serviço Social?

**JCC-** Todo o sistema legal foi implantado e implementado e por ser uma secretaria multidisciplinar o fato da secretária Ana Petroneto<sup>43</sup> ser bem aceita interna e externamente muito colaborou. Enfim, devo acrescentar que a equipe era coesa e firme no propósito de fazer dar certo. Foi criado o SUASVITÓRIA – SUASV que atuou em todos os setores necessários.

**GR-** Na área cultural, o que foi feito?

---

<sup>43</sup> Ana Maria Petroneto Serpa: Secretária de Assistência Social no Governo Municipal de João Carlos Cóser, professora da UFES com subsecretária também da UFES, Prof<sup>a</sup> Eugênia Célia Raizer.

**JCC-** A principal atividade foi dar oportunidade para quem não tinha. Por exemplo, na Região da Grande São Pedro 1 300 pessoas participaram de cursos, teatro e outras atividades formadoras; as paineleiras, nossa marca registrada para a moqueca capixaba, tiveram seu espaço melhorado e maior visibilidade; criamos casa do Folclore no Bairro Santos Dumont, o Museu do Negro no centro da cidade, implementamos Festival de teatro, melhoramos o carnaval e demos destaque para a Estação Porto.

**G-** João, você teve uma trajetória como poucos, rica em experiência. Para terminar, peço que fale como vê a indisciplina partidária, a sua atuação na frente de Prefeitos e o que fará como Presidente **do PT no Estado do Espírito Santo**:

**JCC-** Foi uma experiência riquíssima que cresceu e foi construída e construindo. O meu jeito de ser e lidar com as pessoas, colaborou para isso. Por exemplo na Frente Nacional de Prefeitos, uma experiência valia para todos e aperfeiçoou enormemente minha capacidade de me relacionar. O aprendizado foi imensurável com o “Rio mais 20” e seus grandes debates especialmente sobre as metrópoles. Foi ampliada a qualidade de vida do povo com o qual tinha me comprometido. Tenha certeza, Graça, recebi a cidade de um tamanho e entreguei-a bem maior.

Tenho que convir que a relação com o nosso governo federal fez e faz muita diferença. Fui prefeito desde o governo do presidente Lula que nunca nos tratou de forma diferenciada e quando necessário sempre advertia: “*O Brasil é uma república*” e todos se comportavam compreendendo que o governo é republicano e de todos os entes federados

Antes do Lula não recebiam os prefeitos. A Dilma foi ao Encontro Nacional de Prefeitos prestar contas. Só esta atitude mostra a grande diferença de tratamento entre os governos anteriores e o modo petista de governar.

Com relação ao PT já organizamos o diretório e estamos construindo um plano de governo com encontros e debates regionais já convocados de onde tiraremos comissões para a elaboração de um projeto de acordo com o estado e seu momento e com a vontade popular a partir da militância petista e sua inserção nos movimentos populares. Daremos muita ênfase à formação através dos setoriais e à organização para que o PT venha a ser cada vez maior e melhor.

Estamos conversando com todos os partidos da base aliada pois o maior investimento do PT no estado do Espírito Santo será fora de dúvida, a reeleição da companheira Dilma Rouseff.<sup>44</sup>

A observação e atuação continua com reuniões e debates enquanto os opositores tentam isolar o partido e este discute os caminhos a seguir.

#### **ANEXO 4 – Entrevista com o petista Perly Cipriano**

Perly Cipriano nasceu na cidade de Aimorés em Minas Gerais em 1943. Sua biografia é vasta e plena de lutas pelos direitos de todos. Condenado pela Ditadura a 94 anos de prisão, ao sair da cadeia foi um dos fundadores do PT no Estado do Espírito Santo e no Brasil, tendo sido candidato a governador do Estado já em 1982. Foi vereador, deputado estadual, Chefe de Gabinete de nosso primeiro prefeito petista, secretário de Justiça e Cidadania no nosso primeiro governo estadual petista.



Quando Lula assumiu a presidência, foi subsecretário da SEDDH – Secretaria Especial de defesa dos Direitos Humanos e retornou ao Estado para atuar na Subsecretaria de Direitos Humanos, Justiça e Trabalho. Agora afastou-se para se candidatar a deputado estadual.

Esta entrevista ele a deu entre uma palestra e outra sobre os 21 anos de Regime Ditatorial do qual suas lembranças são uma memória viva do que na se quer que aconteça novamente.

No primeiro momento Perly resumiu a história do PT, lembrou a cadeia, os horrores, os companheiros queridos e queridas que se foram e que permaneceram. Esta é uma prática quando nos encontramos: recordar, é bom para não permitir determinados retornos, abolir determinadas lembranças e firmar pensamentos e idéias.

**G-** Perly. Conheço sua trajetória no Estado e a vivemos paralelamente. A humanização iniciou oficialmente com a atuação petista, pois o que havia antes,

---

<sup>44</sup> Foram realizados encontros, formativos e informativos em todas as regionais do Estado, retirados delegados para as decisões necessárias e contato mais estreito com as bases partidárias.

que humanizava restritamente eram as CEBs. O PT veio para modificar a situação, dar direcionamento a lutas e propostas. Pode falar sobre este assunto?

**Perly-** Graça, é central que se discuta que o que foi feito ainda não está superado. Na cadeia ouvíamos falar da FASE<sup>45</sup>, alguns movimentos, e pessoas que não deram continuidade ao projeto.

**G-** O primeiro curso que fiz em São Gabriel da Palha foi da FASE e em mutirão construímos 68 casas para os desabrigados da enchente de janeiro de 1970.

**Perly-** Quando saí da cadeia e cheguei aqui fui procurar Auta Fernandes e Valdir Toniato em Porto de Santana, bairro de Cariacica que merece uma história. Tinha até americanos no bairro<sup>46</sup>.

Uma vez fomos visitar no alto de um morro uma “vala preta”. Era o primeiro movimento no município de Cariacica. A comunidade se organizando. Inicialmente era tudo movimento popular, depois, devagar, foi dando origem à formação das oposições sindicais. Sempre através das CEB’s, da JOC, da Pastoral Operária.

As pessoas falavam da movimentação que já estava fermentando.

**G-** A primeira manifestação popular em Vila Velha foi a luta pelo transporte coletivo e em Vitória foi a luta pela água, e em Cariacica foi a “Vala Preta” e, depois, veio o carnaval popular.

**Perly-** Era o povo se articulando e querendo encontrar saída. E desse emaranhado de movimentos, CEB’s, oposição sindical, tudo iniciando surge o PT.

A igreja tinha organizado e essas pessoas tinham razão em dar vida aos movimentos.

**G-** A igreja tinha a CPJP- Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, a CDM –Comissão de Direito à Moradia, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, a CPT – Comissão Pastoral da Terra a CS – Comissão de Saúde, a PO – Pastoral Operária, a PU – Pastoral Universitária<sup>47</sup>.

**Perly-** Isso tudo foi se misturando e quando cheguei aqui já estava em andamento. Minha única meta era criar o PT que já vinha sendo criado na cadeia em 1979 quando Lula chegou lá. Nós já o conhecíamos.

---

<sup>45</sup> FASE: Fundação de Atendimento Sócio Educativo cuja metodologia em educação vem desde os anos 70 atuando na Grande Vitória na pessoa de lideranças como Auta Fernandes, Valdir Toniato. Participei do curso em São Gabriel da Palha em 1970 por época da grande enchente que destruiu 104 casas que foram reerguidas em regime de mutirão e parceria com a PMSGP,

<sup>46</sup> Na época o Peace Corps atuava em várias cidades do Estado e também o Programa Aliança para o progresso.

<sup>47</sup> Cada uma dessas comissões foi criada de acordo com as necessidades de base e as perseguições.

O PT era mais uma ferramenta, só que era uma ferramenta que se alimentava dos movimentos e estes movimentos sociais começaram a se movimentar para criar e entrar para o PT.

Quando cheguei aqui Moschen<sup>48</sup> tinha acabado de ser eleito o primeiro presidente do sindicato rural em Colatina. E tinha dúvida se ia tomar posse. Os sindicalistas estavam reunidos discutindo o assunto. Imagine tanto sacrifício para se eleger e depois não tomar posse, Incentivei-os a aproveitar a oportunidade e continuar a luta.

A FASE organizando a Oposição Sindical no campo e na cidade e o PT acabou articulando essas forças e organizou a primeira reunião de destaque em 1979 no Colégio Maria Ortiz<sup>49</sup> para a qual vieram o Benevides e o Bittar; depois em 28 de janeiro houve outra na ilha de Santa Maria e apareceram Nelson Aguiar e Max Mauro<sup>50</sup>.

**G-** Perly, fale um pouco sobre a eleição de 1982:

**Perly-** Foi interessantíssimo: Zezé Machado como minha vice; todo candidato a vereador e os candidatos a deputados tinham o mesmo discurso<sup>51</sup>: “O papel do vereador (deputado) é conversar e organizar as pessoas no seu bairro”. Eu como candidato trabalhava Terra, Trabalho e Liberdade. Terra para quem nela trabalha, trabalho a ser organizado devido ao grande desemprego e liberdade sindical e partidária. Lembro que mais tarde em 1985 você e Ruy organizaram o acampamento dos desempregados e ficaram 17 dias diante da catedral e conseguiram muitos empregos.

Continuamos enfrentando depois da Ditadura os governos neoliberais. Então já estávamos mais fortalecidos mas por muito tempo nossas reuniões eram gravadas.

Temos grandes trabalhos sobre o PT e sua atuação, como o da Professora Ana Doimo.

---

<sup>48</sup> O Entrevistado se refere a Antônio Angelo Moschen que foi deputado Estadual Constituinte em 1987 -90 – Membro da Executiva Comissão nacional Pró-CUT e da Comissão Executiva Nacional Pró CUT 1981 a 1983. <http://cedoc.cut.org.br/dicionario-biografico/?periodo=pre-cut>

<sup>49</sup>.O companheiro Luiz Dalvi possui as atas da época. Ver entrevista a Luiz Dalvi em “A Revolução da Estrela p 24 a 27. Graça Andreatta (2010).

<sup>50</sup> Max de Freitas mauro atuou como político desde a Ditadura, no então MDB, posteriormente foi Governador do Estado e Nelson Aguiar é político PMDB tendo se filiado uns meses no PT em 1981 já deputado e saído quando descobriu a organização em tendências

<sup>51</sup> Max de Freitas mauro atuou como político desde a Ditadura, no então MDB, posteriormente foi Governador do Estado e Nelson Aguiar é político PMDB tendo se filiado uns meses no PT em 1981 já deputado e saído quando descobriu a organização em tendências

Vitor foi eleito em 1988, à prefeitura de Vitória, quase que com seus próprios votos. Fez uma administração compartilhada. Depois, no governo do Estado, foi o primeiro que falou e fez o OP – Orçamento participativo no Estado. Na prefeitura com ele, tivemos o “Pá na Rua”, no Estado tivemos o “Pé na Estrada” que você coordenou e o Projeto Mutirão da Cidadania” que eu coordenei.

Foi no Governo do PT que foi iniciado no Estado o Centro de Referência de Plantas Medicinais, os tratamentos alternativos e foi na minha gestão à frente da Secretaria de Justiça e Cidadania que iniciamos a tentativa de humanizar os presídios e construímos o presídio de Viana.

Também foi no Governo do PT com Vitor Buaiz que iniciamos o Pró-campo para a área rural , o pró-canoa para pescadores, os programas de proteção a testemunhas e o Conselho de Direitos Humanos. Foram 1300 obras deixadas acabadas e iniciadas.

**G-** E os erros Perly.

**Perly-** O que hoje muitos teimam em chamar de erro, facilitou a vida de muitos no sul do Estado, a Concessão da Rodovia do Sol. Era época de grande inflação e de FHC. O Governo não teve ajuda mas não podia deixar de fazer. Abrir estradas ao norte e esquecer o sul? –não era possível. Foi feito, abriu espaço e desenvolveu uma região que estava acabada e muitos que hoje são contra estavam sentados na mesa de negociações, em todas as reuniões e apoiando aquele consorciamento que daria e deu, ao turismo do Estado, vida nova. Se o pedágio hoje é caro, e sabe-se que é, não será quebrando ou se omitindo que irá resolver o problema. É dialogando<sup>52</sup>.

O grande erro foi dar o aumento logo nos primeiros dias e depois não ter como pagar, pois o governo federal não socorreu o Estado. Mas você e eu que ficamos no governo até o fim sabemos a luta que foi e o quanto pudemos fazer mesmo sem o compromisso de muitos companheiros que se omitiram ou que se apressaram em avaliar sem uma análise mais profunda.

Perly continua sua luta, mesmo após o grande e terrível acidente que vitimou a assessora de imprensa de LULA e o ex deputado companheiro Otaviano de Carvalho na BR 101 Norte.

---

<sup>52</sup> Perly se refere à Concessão da Rodovia do Sol que une A grande Vitória incluindo o município de Guarapari, grande pólo turístico próximo a Anchieta. Na industrialização recente Guarapari ficou com os serviços e Anchieta com as indústrias.

## **ANEXO 5- Depoimento da ex-vereadora Professora Gilceia Lima, atual coordenadora do Núcleo de Formação Paulo Freire- PT Guarapari.**

“Bem, fui vereadora na década de 90. Em Guarapari, foi um período de muitas lutas e muitas descrenças nos políticos, tendo em vista os enormes desmandos. Coronelismo mesmo. Naquela época, Guarapari teve uma das câmaras mais corruptas, embora alguns vereadores de valor, e que não eram do PT. Eu vinha de uma luta pela educação e não posso negar:



o povo de Guarapari esperava muito de mim, já que fui eleita mesmo com toda a aversão que a maioria no município tinha e tem pelo PT. Tive votos bem pulverizados (lugares, classes sociais e etárias), mas acredito que meus maiores eleitores foram os alunos e leais colegas professores e professoras. Assim, fui a primeira vereadora do PT em Guarapari.

Isso tudo pesou muito em mim. Confesso: foi um mandato de choro, medo, muito estudo, muito trabalho, pouco sono. Queria ser ética, ser fiscalizadora, ser legisladora e não deixar de ser professora. Apanhei, bati, perdi muito, mas ganhei em aprendizagem. Naquela época, o modo petista de legislar era isso: propor o nosso projeto, impor a nossa marca. Não foi fácil, mas sei que, muitas vezes acusada de radical, saí da câmara sem manchas. Foi tão dolorido, que levei tempo para digerir tudo aquilo. E como era assim em quase todas as câmaras, surgiu aqui no Estado a ideia de fazermos uma "assessoria coletiva". Uníamo-nos os vereadores e vereadoras petistas e socializávamos projetos, campanhas, ações... Foi muito qualitativo. Os deputados e deputadas do partido também nos davam muito apoio e assessoria. O PT, no município, embora muitas diversidades, contribuiu muito; um grupo de apoio constituído de colegas, professores petistas e alunos foi fundamental. Hoje, por razões pessoais, me afastei do acompanhamento do legislativo, mas percebo que, ainda, no legislativo municipal (Guarapari), se destaca como um jeito petista de legislar, e logo agora, que somos governo federal. Com

certeza, o jeito petista evoluiu, misturou, tem mais elementos concretos, mas deve ser um jeito que mostre diferença”.

**ANEXO 6 – Depoimento de Iraci Marques, funcionária efetiva da Prefeitura Municipal de Vitória e gestora de saúde em Unidades Básicas de Saúde da Capital. Negociadora sindical e Secretária Executiva do PT Guarapari- ES atualmente no Diretório Estadual.**

**Modo petista de governar.**

Sou servidora pública efetivada no município de Vitória há 8 anos, destes, 7 anos foram na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse período tive a oportunidade de acompanhar as mudanças e avaliar as diferenças de gestão. Sendo concursada pois o concurso público é uma realidade na PMV desde o primeiro governo



Petista, uma das diferenças começa aí, pois foram vários concursos e acompanhei as mudanças do quadro de contratados para servidores efetivos.

Antes dos concursos tínhamos um rodízio de profissional muito grande, além das capacitações que eram realizadas e quando pensávamos que iria começar a implantar alguma política mais sólida, havia mudanças de profissionais por transferência e ou término de contratos causando uma instabilidade nas equipes e no atendimento à população. Após a efetivação dos profissionais houve uma mudança sentida por ambas as partes, tanto a população quanto os servidores e a própria gestão. Com os concursos públicos e efetivação dos Agentes Comunitários de Saúde o número de capacitações e especializações oferecido ao servidor aumentou, devido à continuidade dos trabalhos. Houve a construção de uma Escola Técnica de Saúde Pública com equipe especializada em capacitação. Hoje os profissionais de saúde são formados também na ETSUS, com cursos técnicos e de especializações em Saúde Pública, Saúde da Família; Especialização para gerentes de Unidades de saúde (GERUS) entre outras especializações em todas as áreas de referentes, o que foi um grande ganho para o município e os servidores pois, agora



há um lugar fixo para cursos e capacitações e reduzindo os gastos com aluguel de salas e auditórios para eventos pois tudo se concentra nesse local.

Segundo ponto que me chamou muito a atenção foi a implantação da mesa de negociação do SUS onde os gestores de saúde se reuniam mensalmente com os representantes dos Trabalhadores (sindicatos) para discussão das reivindicações dos mesmos, nem sempre nós trabalhadores conseguíamos os nossos objetivos, mas avançamos muito e sabíamos que tínhamos um espaço para discussão e debate o que é um grande ganho.

O terceiro ponto de destaque este coloco como gestora pois, nesses 7 anos de mandato do Prefeito João Cóser, fui servidora, fiz parte da mesa de Negociação representando os trabalhadores pelo SINDIENFERMEIROS nos 3 primeiros anos e em 2009 fui convidada para assumir um cargo de gestão, uma oportunidade que me trouxe grande conhecimento e pude sentir também as dificuldades e os desafios de ser um gestor de saúde na capital. Nesse período já havia os apoiadores institucionais, que são profissionais técnicos da Secretaria que acompanham os Diretores em reuniões chamados de COGER ( COLEGIADO GESTOR) dividido por região de saúde que se reunia a cada 15 dias com uma reunião mensal com o próprio secretário de saúde e todos os Diretores de Unidades e Gerentes de saúde. Nessas reuniões eram discutidos todos os problemas da saúde e havia um direcionamento para que todos falassem a mesma linguagem e eram dadas as orientações e avisos de implantação de novos programas e ou se formava um grupo de trabalho para encaminhar e discutir implantações variadas. Essas situações ajudaram muito a avançar. Nesses encontros e em outros momentos percebíamos que o secretário de saúde tinha um total controle de tudo que acontecia em todos os locais da SEMUS o que acho muito importante e o ajudou a se manter firme por 8 anos nesta Secretaria. Foram implantados também apoio matricial e institucional de saúde em todas as áreas ( saúde do idosos, da criança, mulher, saúde mental, etc) além dos grupos de trabalho que reuniam Cogger, gestores e trabalhadores para discutir os casos mais complexos de saúde.essas/ reuniões se subdividiram e se multiplicaram também nas unidades menores (US).

Não se pode esquecer de citar os conselhos locais e municipal de saúde, sempre muito atuantes.

Resumindo, ao longo dos 8 anos da gestão Petista no Município de Vitória na saúde os principais avanços foram: reforma e construção das Unidades básicas de

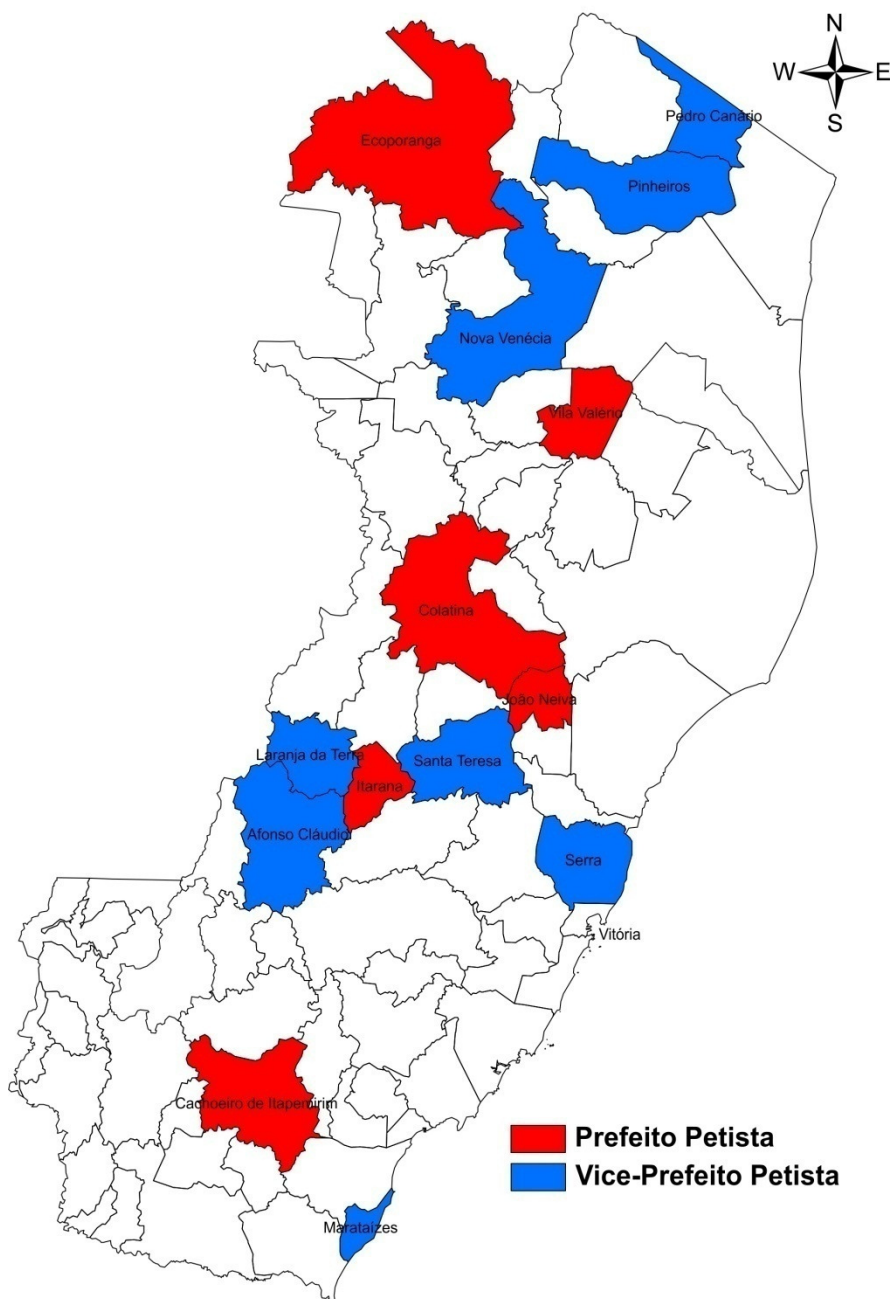
saúde formando uma rede com 29 unidades com serviços organizados de médico, odontológico, psicológico e de assistência social nos casos de baixa complexidade. Destas, 23 Unidades são de equipes da Estratégia de Saúde da Família, 3 com Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Unidades Básicas, 1 Laboratório de Análises Clínicas com 26 pontos de coleta; uma farmácia popular com parceria com o Governo Federal, além de contar com farmácias da família em todas as UBS; Construiu e implantou o Centro Municipal de Especialidades Aprigio da Silva Freire, em Mario Cypreste com capacidade para 250 mil consultas e 170 mil exames por ano. Implantou dois centros de Especialidades Odontológicas sendo um no Centro de Especialidades Aprigio Silva Freire e outro no Centro de Especialidades São Pedro; implantou o serviço de atendimento odontológico 24 horas no Pronto Atendimento da Praia do Suá; 6 Centros de referência sendo: Atendimento ao idoso, Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil em todos os níveis, Prevenção de tratamento aos toxicômanos Prevenção de tratamento aos toxicômanos infantil, Implantou a Consultoria de Rua para atendimento de usuários de álcool e outras drogas. Implantou o Serviço de Atendimento da pessoa vitima de violência (SASVI). Ampliou e revitalizou o Centro de controle de Zoonoses, Centro de Referencia DST/AIDS, uma residência terapêutica, 12 módulos de Serviço de Orientação ao Exercício (SOE) e Academias da pessoa idosa em todas as regiões de Vitória.

Não se pode esquecer a redução da taxa de mortalidade infantil de 12,93 em 2004, para 9.60, por mil nascidos vivos/2011. O maior ganho para o futuro.

Iraci, além de enfermeira concursada pela PMV é mãe de família, atua no combate e prevenção à AIDS em Guarapari, participa da Comunidade de Base do bairro Kubtschek do Núcleo de Formação do PT em Guarapari – Núcleo Paulo Freire.

**ANEXO 7 – Mapa da distribuição estadual dos prefeitos e vice-prefeitos eleitos nas eleições de 2012/15 .**

**PREFEITOS ELEITOS EM 2012 NO ES**



**ANEXO 8 – Autorizações de publicação de entrevistas dos entrevistados e depoentes.**

**Anexo 8.1: autorização de João Carlos Coser:**

**AUTORIZAÇÃO**

JOÃO CARLOS COSER presidente do Partido dos Trabalhadores do Estado do Espírito Santo, autorizo Maria da Graças Lemos Andreatta a utilizar em seu Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, na FPAFESP-SP, as entrevistas gravadas e já conferidas para ser transcritas em seu trabalho.

Vitória-ES, 23 de junho de 2014

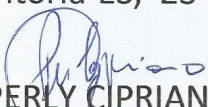
  
João Carlos Coser  
CI 301423 SSP ES

**Anexo 8.2: autorização de Perly Cipriano:**

**AUTORIZAÇÃO**

PERLY CIPRIANO, membro do Diretório do Partido dos Trabalhadores do Estado do Espírito Santo, autorizo Maria da Graças Lemos Andreatta a utilizar em seu Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, na FPAFESP-SP, a entrevista gravada e já conferida para ser transcrita em seu trabalho (TCC).

Vitória-ES, 23 de junho de 2014

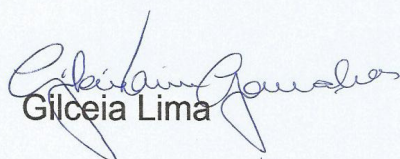
  
PERLY CIPRIANO  
CI 374116

**Anexo 8.3: autorizações de Iraci Marques e Gilcéia Lima:**

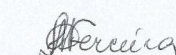
**AUTORIZAÇÃO**

Iraci Aparecida Marques de Oliveira Ferreira, e Gilceia Lima, membros do Núcleo de Formação de do partido dos Trabalhadores em Guarapari-ES, autorizamos Maria da Graças Lemos Andreatta a utilizar em seu Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, na FPAFESP-SP, os depoimentos escritos de próprio punho para serem transcritos em seu trabalho.

Guarapari-ES, 20 de junho de 2014

  
Gilceia Lima

CI 200.924/ES

  
Iraci Aparecida Marques de Oliveira Ferreira

CI 10059525 SSP/MG